

Debate Sindical



A explosão do trabalho informal

POLÊMICA

As prefeituras progressistas e o papel do sindicato

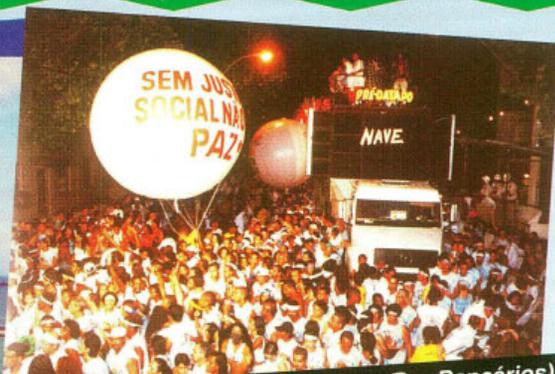
TEORIA

Sete teses sobre a redução da jornada de trabalho

ENTREVISTA

Sérgio Rosa fala sobre o futuro dos fundos de pensão

VOCÊ JÁ FOI À BAHIA?



Bloco Predatado (do Sindicato dos Bancários) é presença garantida no carnaval da Bahia



NÃO?!!

ENTÃO VENHA!!

Terra de grande beleza, de encantos e magia, a Bahia é também terra de muita luta e história. Se você ainda não foi à Bahia, entre no site do Sindicato dos Bancários e conheça um pouquinho dessa terra e da luta dos bancários.

www.bancariosbahia.org.br

Conheça também o Disquebancário: [71] 534-4010
Fale conosco: bancariosbahia@bancariosbahia.org.br

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010. Correio eletrônico: ces@ces.org.br Fone/fax: (0__11) 289-1496

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Oswaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianeí Martins
Wagner Gomes

Foto da capa:

Maurício Moraes

Projeto gráfico:

Caco Bisol

Charges:

Marcio Baraldi

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Edição de fotos:

Maurício Moraes

Revisão:

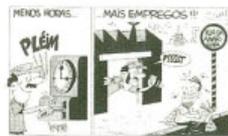
Josenildo Marques

Fotolito:

Ajato

Impressão e acabamento:

EGB - Editora Gráfica Bernardi Ltda.



- 4** **O significado da vitória eleitoral da esquerda**
ALTAMIRO BORGES
- 8** **O movimento sindical e os fundos de pensão**
ENTREVISTA: SÉRGIO ROSA
- 12** **A queda de rendimento do trabalho**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 13** **Quem tem medo do salário mínimo?**
ANTONIO PRADO
- 15** **Os sindicatos e as prefeituras progressistas**
POLÊMICA: NIVALDO SANTANA/MARCELO SERENO
- 20** **Centrais sindicais discutem o orçamento**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 21** **FHC e o desmonte dos direitos trabalhistas**
SÉRGIO MIRANDA
- 23** **O desequilíbrio das contas brasileiras**
RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA
- 25** **O prêmio Nobel de um neoliberal**
OSVALDO BERTOLINO
- 27** **Trabalho informal vira regra no Brasil**
CLÁUDIO GONZALEZ
- 33** **O falso conceito da globalização**
JOÃO QUARTIM DE MORAES
- 37** **O que está acontecendo no campo brasileiro?**
JOÃO PEDRO STÉDILE
- 39** **Sete teses sobre a redução da jornada**
RICARDO ANTUNES
- 42** **A Fiat e o falso jornalismo**
MANOEL CAÇÃO
- 45** **A saga de Zumbi de Palmares**
AUGUSTO BUONICORE
- 47** **Neoliberalismo e avanço das lutas sociais**
ANDRÉIA GALVÃO
- 51** **Resenhas de livros**
CLAUDIA SANTIAGO/ARIOVALDO SANTOS
- 55** **Dicas de filmes e Internet**
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES
- 58** **Trabalhadores vivem no pior dos mundos**
OPINIÃO: PAULO LUCANIA

O significado da vitória eleitoral das eleições de outubro



A incontestável vitória da oposição nas eleições de outubro pode abrir um novo ciclo político no país, mais favorável ao avanço da luta dos trabalhadores

ALTAMIRO BORGES

Após inúmeras avaliações diversionistas e canhestras, a própria elite acabou reconhecendo que as eleições municipais de outubro passado representaram uma fragorosa derrota do governo neoliberal de FHC. A voz das urnas evidenciou a enorme insatisfação popular com os rumos impostos à nação. Esse descontentamento, acumulado ao longo dos últimos anos e expresso na recente retomada das mobilizações sociais, desaguou na escolha dos 58.544 vereadores e 5.548 prefeitos em todo o país, que envolveu cerca de 108,5 milhões de brasileiros com direito a voto.

A oposição – com destaque

a vitória esquerdas

especial para os setores de esquerda e, no seu interior, para o PT – foi a grande vitoriosa nas eleições municipais. Nas 62 cidades mais importantes do Brasil – que incluem todas as capitais e os demais municípios com mais de 200 mil eleitores –, os partidos opositores tiveram acréscimo de 133% na sua votação, enquanto as forças governistas regrediram em 39,5%. Somando todos os setores contrários a FHC, a oposição conquistou 32 destas prefeituras – 18 com candidatos do PT; quatro do PDT; quatro do PSB; três do PPS; dois do PMDB de Itamar Franco; e um do PCdoB.

“Surra igual o governo não tomava desde 1974”, sintetizou o jornalista Élio Gáspari, em sua coluna na *Folha de S.Paulo*, lembrando o primeiro revés eleitoral do regime militar, que inaugurou o seu declínio irreversível. Naquele ano, o então MDB, que reunia a resistência democrática, ganhou 16 das 22 cadeiras de senador que estavam em disputa. Aos poucos, a Arena, “maior partido do ocidente”, base de sustentação da ditadura, foi sendo empurrada para os grotões. O mesmo ocorreu agora com o PSDB, PFL, PPB e o PMDB governista, que aumentaram a sua distância dos grandes centros políticos.

Já no campo oposto, o PT firmou-se como o maior partido de oposição do Brasil, colhendo a

maior vitória eleitoral de seus 20 anos de existência. Animado, seu presidente de honra, Luiz Inácio Lula da Silva, assim resumiu as razões do sucesso em entrevista ao jornal *Correio Brasiliense*: “Nossa vitória se deve a três fatores: primeiro, à competência administrativa que o PT tem demonstrado nas prefeituras e nos governos. Segundo, à oposição coerente e consistente que tem feito ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Terceiro, ao simbolismo de ética que o PT representou neste período”.

NOVO CICLO POLÍTICO

A partir deste sucinto balanço, é possível dar um passo adiante para analisar as tendências futuras. É evidente que a incontestável vitória eleitoral da oposição abre a possibilidade de um novo ciclo político no Brasil, mais promissor às lutas dos trabalhadores. Aqui vale um parêntesis: em certa medida, este novo ciclo coincidiria com um movimento ascendente em escala planetária de combate ao “pensamento único” neoliberal, expresso em recentes disputas eleitorais e, principalmente, nos crescentes confrontos de rua contra alguns ícones da “globalização”.

Como afirma a direção nacional do PCdoB, “do resultado eleitoral emerge um novo quadro político, no qual a correlação de forças

BRASIL

CESTA BÁSICA

Em mais uma prova de insensibilidade social, o governo anunciou a suspensão da entrega mensal das cestas de alimentos para 8,6 milhões de brasileiros residentes em bolsões de miséria, assentamentos rurais e comunidades indígenas. O corte das verbas do Prodea (Programa de Distribuição de Alimentos) representa a negação de um dos compromissos do “Avança Brasil” – o documento base da campanha de reeleição de FHC. A suspensão da cesta básica deve agravar os conflitos sociais.

“Agora, como ninguém tem mais nada a perder, a solução vai ser partir para o saque”, afirma Isabel de Arruda, militante do MST no assentamento de Vitória de Santo Antão (PE).

TRABALHO REGRIDE

Segundo recente estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), entre 1991/98, a produtividade da economia brasileira cresceu, em média, 2,5% ao ano – taxa similar à registrada nos EUA. Na mesma década, no entanto, os trabalhadores viram a participação dos salários no PIB (Produto Interno Bruto) cair de 45% (90) para 37% (99). O desemprego foi o principal fator que contribuiu para que os salários não acompanhassem o aumento da produtividade. “O desemprego fez com que os sindicatos perdessem poder de barganha”, analisa Gelio Bazoni, gerente do IBGE.

SALÁRIO MÍNIMO

Após forte chantagem, o governo informou ao Congresso Nacional que só aceita elevar o salário mínimo de R\$ 151 para R\$ 173 e, mesmo assim, só a partir de maio. A oposição e setores governistas reivindicavam aumento para R\$ 180 já em janeiro. Segundo estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, se vingasse o valor proposto pela oposição, cerca de 2,75 milhões de pessoas cruzariam a chamada linha da pobreza – que inclui as pessoas com renda mensal inferior a R\$ 76. De acordo com a FGV, 46,4 milhões vegetam nesta condição (29,3% da população do país).

GREVE NA ARGENTINA

A terceira greve geral contra o governo de Fernando de la Rúa, no final de novembro, contou com a adesão de 93% dos trabalhadores da Argentina. A paralisação de 36 horas foi convocada pela ala dissidente da CGT e pela CTA, mas forçou a participação da CGT oficial. Os grevistas protestaram contra a alta do desemprego (15,4% da PEA) e o pacote imposto pelo FMI, que prevê a privatização da Previdência e da Saúde e o aumento da idade mínima de aposentadoria das mulheres. A greve geral obrigou o governo, fraturado, a recuar em 86% nas suas metas de cortes dos gastos sociais.

PRISÃO DE PINOCHET

Numa decisão inesperada, que deve gerar muitas reviravoltas, a Justiça chilena ordenou, no início de dezembro, a prisão domiciliar do ex-ditador Augusto Pinochet. O juiz Juan Guzmán usou como argumento o comando do general na Caravana da Morte, um grupo de extermínio que assassinou 72 opositores logo após o golpe de 1973. Pinochet está encurralado pela pressão democrática. Ele ficou 503 dias sob custódia policial no Reino Unido e, no retorno ao país, perdeu a sua imunidade como senador vitalício. Segundo dados oficiais, 3.197 pessoas morreram ou “desapareceram” nos 17 anos da ditadura militar chilena (1973/90).

QUEDA DE FUJIMORI

Outra notícia que confirma a alta-tensão no continente foi a da queda do ditador Alberto Fujimori, que anunciou a sua renúncia durante visita ao Japão, em novembro. Logo em seguida, o Congresso o destituiu da presidência por “incapacidade moral”. Nos dez anos de governo, Fujimori agravou o caos social no país e abusou do autoritarismo – mais de mil pessoas inocentes foram condenadas em julgamentos sumários. O chefe da repressão e seu ex-braço direito, Vladimiro Montensinos, aproveitou a penumbra da ditadura para remeter às suas contas no exterior US\$ 48 bilhões.

começa a pender favoravelmente à oposição e às forças de esquerda. Essa característica passa a dar o tom na vida política do país e, sem dúvida, influenciará as eleições gerais de 2002, nas quais estarão em jogo a presidência da República, os governos estaduais e a composição da Câmara Federal, de 2/3 do Senado e das Assembléias Legislativas estaduais”.

No novo tabuleiro político resultante das eleições municipais, o bloco governista encontra-se bem mais fragilizado. Além dos partidos de sustentação do Planalto terem sido derrotados, nenhum deles conseguiu se sobrepor ao outro. Com isso, estabeleceu-se um certo equilíbrio entre PSDB, PFL e PMDB, o que acirra ainda mais a disputa política com vistas à sucessão presidencial. O virulento bate-boca entre os senadores ACM e Jader Barbalho é apenas uma ponta do *iceberg* desta crise, que tem como pano de fundo o agravamento do cenário econômico mundial e brasileiro.

MANOBRAS GOVERNISTAS

Mas é preciso evitar qualquer visão triunfalista. É lógico que este quadro promissor comporta suas contratendências. As elites neoliberais não estão paradas. Elas também realizam seus movimentos. Logo após as eleições de outubro, por exemplo, procuraram relativizar a vitória oposicionista, afirmando que “ninguém ganhou ou perdeu”. Depois, procuraram desqualificar a própria oposição, em especial o PT, taxando-o de partido “cor de rosa”, moderado. Agora, investem abertamente contra a unidade

das forças de oposição, apressando a votação do seu projeto de reforma política.

Nesta investida, bastante grave, cabe novamente a lembrança de 1974. Naquela época, o regime militar, após ter sofrido estrondosa derrota eleitoral, incumbiu uma comissão especial de elaborar um projeto de reforma política para evitar outro desastre no pleito de 1978. A comissão de notáveis da ditadura militar, composta por Marco Maciel, Golbery do Couto e Silva, Petrônio Portela e Armando Falcão, orquestrou então o famigerado “pacote de abril”, imposto em 1977, que fechou o Congresso Nacional e criou a figura do senador biônico.

Agora, novamente Marco Maciel, hoje vice-presidente da República, toma a dianteira na montagem da reforma política, visando dificultar a vitória da oposição em 2002. O novo “pacote” inclui a proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais, a excludente cláusula de barreira, o voto distrital misto ou puro e outras medidas antidemocráticas. Como explica Haroldo Lima, deputado federal do PCdoB/Bahia, “os paralelos existem. É um sobrevivente do grupo do ‘pacote de abril’, Marco Maciel, que aponta o rumo da intitulada reforma política”.

DESAFIOS DA OPOSIÇÃO

Como já se apontou, o cenário político pós-eleitoral é mais favorável à oposição, em especial às esquerdas. Mas os seus desafios também não são pequenos e nem a sua caminhada será um passeio

“Surra igual o governo não tomava desde 1974”, sintetizou o jornalista Élio Gáspari

VITÓRIA OPERÁRIA

A greve dos metalúrgicos das montadoras de automóveis de São Paulo, que durou sete dias, obteve importantes vitórias. Foi a maior paralisação desde 1994, recolocando na cena política o operariado paulista – que há muito estava acuado pelo desemprego. Além disso, conquistou 10% de reajuste em julgamento no Tribunal Regional do Trabalho, que também concedeu estabilidade de 90 dias e o pagamento dos dias parados. A decisão da Justiça revoltou os empresários. “Se a moda pega, todo mundo vai entrar em greve porque sabe que vai receber o dinheiro do dia parado”, comentou Pinheiro Neto, presidente da Anfavea.

LUTA DO BANESPA

A venda do Banespa para o Santander, em novembro, foi motivo de festa para o governo de FHC e de revolta para os trabalhadores. Sem esconder sua alegria, Armínio Fraga, presidente do Banco Central, afirmou que o banco espanhol “levou o que era a principal jóia da nossa coroa”. Já os banespianos, em assembléia após o leilão, aprovaram greve geral caso não sejam atendidos pela direção do Santander. Há boatos de que 50% dos 22.511 funcionários do Banespa serão demitidos. “Querem levar o sangue dos bancários brasileiros para a Europa, e não vamos deixar”, garante João Vaccari, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

EMBRAER PARADA

Pela primeira vez desde que foi privatizada em 1994, a fábrica de aviões Embraer, em São José dos Campos (SP), teve sua produção interrompida em novembro. A greve de 24 horas, com a adesão de 7.100 dos 10 mil metalúrgicos da empresa, exigiu 10% de aumento real, mais 9,21% de reposição. Um grupo de 200 sindicalistas organizou piquete no portão da fábrica. “Temos acompanhado pelos jornais os recordes de lucro da empresa. Só a questão dos salários continua inalterada”, explicou Luís Carlos Prates, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.



Luciana Santos, prefeita eleita de Olinda, e João Paulo, novo prefeito de Recife, participam da assembléia da PM em greve em Pernambuco

sem sobressaltos até a sucessão presidencial. Um dos obstáculos que será necessário transpor é o da sua ainda frágil unidade. Nas eleições de outubro, a oposição apresentou-se dividida em vários centros políticos. As feridas abertas demoram a cicatrizar. E há consenso de que sem uma frente mais ampla, tendo como núcleo as forças de esquerda, será difícil derrotar o bloco neoliberal.

No esforço para unir a oposição, um cimento indispensável é o da luta política de massas contra o governo FHC. O ascenso das mobilizações sociais no último período foi um dos fatores que ajudou a pavimentar a vitória eleitoral em outubro. Essa retomada das lutas, após um período de certa apatia, deu uma contribuição decisiva para desgastar a imagem das forças governistas. Cada greve ou manifestação de rua – do protesto em Porto Seguro às

paralisações dos servidores públicos – serviu para arranhar a credibilidade do governo e solapar o seu projeto antipopular e antinacional.

Neste campo, da luta social, um grande desafio é o de unificar os movimentos em curso, superando sua fragmentação e dispersão. O fortalecimento do Fórum Nacional de Lutas, iniciativa inédita na história do país que reúne o grosso das forças populares, pode dar ainda maior contribuição na luta pela derrota do neoliberalismo no Brasil. A recente greve dos metalúrgicos das montadoras do ABC paulista, que durou sete dias, e a longa e heróica mobilização dos bancários do Banespa contra a privatização indicam que existe um grande potencial combativo em nosso país.

Altamiro Borges é membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES) e editor do Debate Sindical. Correio eletrônico: aaborges@attglobal.net

Fundos de pensão é um tema notadamente polêmico. Nesta entrevista a *Debate Sindical*, Sérgio Ricardo Rosa, diretor de participações da Previ, o gigantesco fundo de pensão do Banco do Brasil, que conta com investimentos estimados em mais de R\$ 32 milhões, discorre sobre questões que, para os trabalhadores, motivam sérias desconfiânças: convivência da previdência pública com fundos fechados e privados, controle dos participantes sobre essas instituições, substituição dos planos de suplementação de aposentadoria de benefício definido pelos de contribuição definida (assunto que gera atritos no Congresso Nacional entre a oposição, que quer benefício definido para o fundo de pensão do funcionalismo federal, que está para ser criado, e a base governista, que quer contribuição definida), participação dos fundos no Programa de Desestatização, etc. Sérgio Rosa, como é conhecido, milita no movimento sindical desde 1980. Até junho de 2000, era presidente da Confederação Nacional dos Bancários da CUT. Hoje ele compõe a diretoria da



Previ com mais dois diretores eleitos diretamente pelos participantes e mais dois indicados pelo banco — que também indica o presidente da instituição. Além da diretoria executiva formada por seis pessoas, a arquitetura organizacional da Previ conta com o conselho deliberativo, formado por quatro conselheiros eleitos e três indicados pelo banco, e o conselho fiscal, composto por três representantes eleitos e três indicados. “Nas instâncias deliberativas (diretoria e conselho), as votações exigem maioria qualificada: nenhuma das partes pode tomar deliberações isoladamente”, explica Sérgio Rosa

O sind dos fu

Debate Sindical: Como você vê, hoje, a luta histórica dos trabalhadores pela previdência pública num cenário em que os fundos de pensão já prevalecem?

Sérgio Rosa: São dois sistemas que se complementam. A previdência pública é fundamental e insubstituível por fundos fechados ou privados. O Estado, na forma de um sistema universal, deve prover garantias para todos, em patamares dignos. Hoje, infelizmente, prevalece uma visão de minimizar e reduzir cada vez mais o patamar de cobertura da previdência pública. Neste cenário, os fundos fechados crescem em importância no sentido de proverem complementação de aposentadoria para determinadas faixas salariais não cobertas pela previdência oficial. Num cenário em que a previdência pública fosse melhor dimensionada, ainda assim haveria espaço para os fundos fechados como instrumento opcional e complementar.

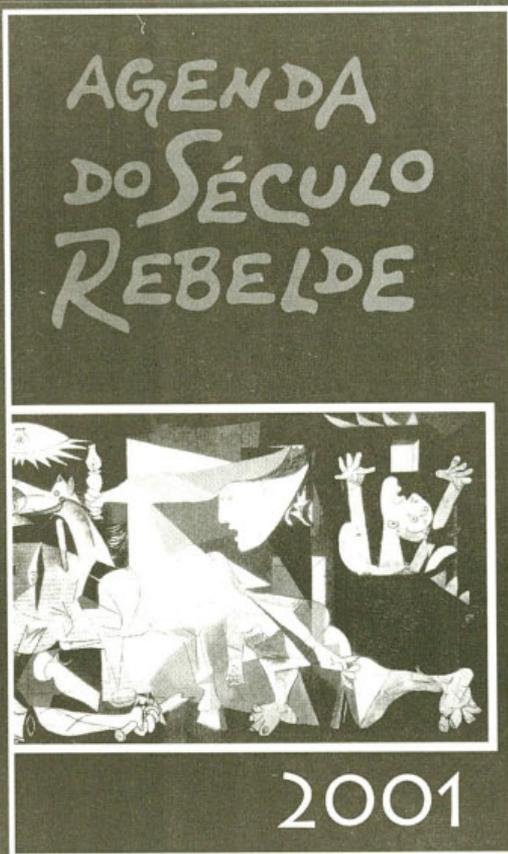
São procedentes as críticas aos fundos de pensão das estatais e à proposta de criar um fundo

licialismo diante ndos

exclusivo para os funcion
públicos federais por est
terem regras supostame
diferentes dos fundos pa
trabalhadores do setor
privado?

Sérgio Rosa: As regras, da
para frente, serão basicamen
mesmas para todos os fundos
sejam patrocinados por emp
privadas ou estatais. No pass
que se apontava como "priv
era o fato de as empresas esta
contribuírem com parcela m
que os trabalhadores, norma
com o dobro. Deve-se analisa
contexto em que tudo isso fo
criado. As estatais
realizavam concursos públic
quais concorriam milhares d
pessoas. Interessava a estas e
manter esses trabalhadores
vinculados por um longo pe
A oferta de um plano de
previdência era um instrume
fundamental para isso. Depo
começou o período de ataque
estatais, tudo que havia de p
de pessoal passou a ser consi
"privilégio".

Falam também de um
hipotético Welfare State



Entre no
Século 21
conhecendo
mais o
Século 20

Depois do sucesso das agendas em homenagem a Che Guevara e Brasil Outros 500, a editora Anita Garibaldi lança para 2001 a Agenda do Século Rebelde, toda colorida, um primoroso estudo de pesquisa e edição do jornalista Bernardo Joffily.

AGENDA
2001



Todos os dias e todos os anos do século 20, com 1.293 fatos, 413 imagens, de 147 países, desde a Guerra dos Boxers até a Operação dos EUA na Colômbia.

A vitória, a trajetória e a derrota da experiência soviética. A ofensiva nazifascista dos anos 20-30 e a ofensiva neoliberal dos anos 80-90.

As idéias e movimentos, as guerras e guerrilhas, eleições, barricadas, greves, polêmicas, heróis, vilões, revoluções e contra-revoluções, descobertas, peças, músicas, quadros, inventos, sonhos...

Tudo, enfim, que fez do século 20 a fase mais revolucionária que o mundo já viu (por enquanto).

A R D



Anita Garibaldi

“Se a previdência pública fosse melhor dimensionada, ainda assim haveria

pressão por parte dos bancos no sentido de transformar a previdência em um mercado. Eles têm interesse tanto em vender planos para os trabalhadores que possam dispor de uma renda um pouquinho melhor, como querem também administrar os recursos dos fundos fechados que já existem ou que venham a ser criados. De um lado, o governo quer reduzir gasto com previdência. De outro, financistas querem lucrar com isso. Está armado o cenário para os ataques de todos os lados.

E a tentativa de cobrar imposto de renda dessas instituições para supostamente custear aumento do salário mínimo?

Sérgio Rosa: Os recursos dos fundos são formados com salário do trabalhador. Cada trabalhador está abrindo mão de um pouco da sua renda na atualidade para usufruir de uma aposentadoria mais digna no futuro. Isto forma uma poupança de longo prazo que irriga a economia, na forma de investimentos os mais variados. Não tem sentido taxar esta poupança, que depois será taxada novamente quando o trabalhador receber o benefício. No mundo todo há um tratamento diferenciado aos fundos, para incentivar e preservar esta atividade. Alguns setores do governo querem tributar os fundos, tirando dinheiro de trabalhadores, para supostamente aumentar o salário mínimo, o que nem ao menos está garantido.

O governo indica membros graduados para a direção dos fundos de pensão, como

“Sou sindicalista e não poderia me opor a que os sindicatos pudessem organizar os fundos dos trabalhadores”

Amaury Bier, braço direito do ministro Malan, que é conselheiro da Funcef, da Caixa Econômica Federal, que esteve envolvida com denúncias de irregularidades...

Sérgio Rosa: Ser membro graduado do governo não garante nada. O importante é manter os fundos afastados das negociatas entre grupos econômicos e pessoas influentes. Só o olho do próprio trabalhador poder assegurar isso. Há muitos exemplos de negócios feitos pelos fundos que só interessaram a uns poucos.

Sabe-se que a rede de influência montada no governo FHC pelo ex-secretário geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, tinha controle quase total sobre as nomeações de dirigentes dos fundos de pensão das estatais. Não seria o caso de se fazer uma profunda investigação de todas essas denúncias envolvendo os fundos de pensão?

Sérgio Rosa: Nossa linha de

atuação é buscar o máximo de transparência na gestão dos negócios. As denúncias precisam ser apuradas para que o associado possa sentir confiança na condução dos seus recursos. Acreditamos que ao longo do tempo vamos influir positivamente neste sentido e que situações duvidosas venham a se tornar exceções.

Você vê possibilidades, com a aprovação dos projetos que instituem mudanças na previdência complementar, de aumentar o controle dos trabalhadores sobre os fundos de pensão?

Sérgio Rosa: Os trabalhadores precisam lutar por isso, pois o dinheiro é deles. A Previ é hoje o exemplo mais avançado de participação dos trabalhadores na gestão. A nova legislação trará novidades, aumentando a participação dos associados em suas instituições, mas cada categoria tem de lutar e avançar.

A legislação que está para ser votada é um avanço, mas não é perfeita. Foi fruto de muita pressão e negociação. Cada passo que a gente consegue dar não significa que a luta se esgotou. É evidente que há uma visão conservadora que acha que o trabalhador não tem competência para cuidar do seu próprio dinheiro. Mas estamos dando prova do contrário, e cada vez mais acredito que isto vai acontecer.

Proliferam os planos de complementação de aposentadoria de contribuição definida, em substituição aos planos de benefício definido. Isso é bom?

“Existe uma grande pressão por parte dos bancos no sentido de transformar

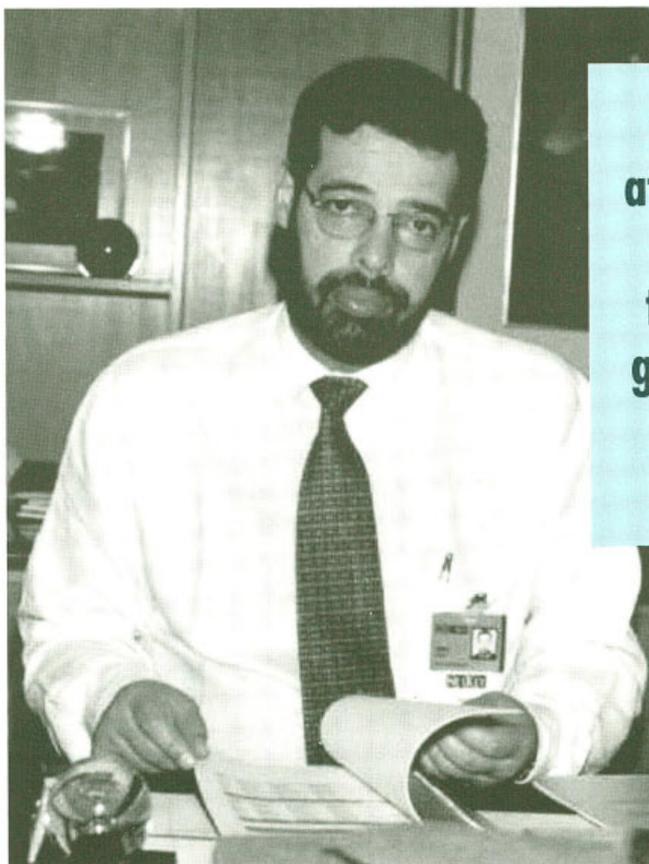
espaço para os fundos como instrumento opcional e complementar”

Sérgio Rosa: O fato de ser de benefício definido não é melhor nem pior do que ser de contribuição definida, na medida em que a legislação hoje veda qualquer aporte extraordinário para cobrir eventuais rombos. O que precisamos é responsabilizar as pessoas e garantir vigilância sobre a gestão dos planos.

Os planos de contribuição definida não aumentam as incertezas dos benefícios, uma vez que eles dependerão em grande medida das oscilações do mercado financeiro e das aplicações em geral?

Sérgio Rosa: Qualquer plano terá que viver do resultado das suas aplicações daqui para frente, seja de uma ou outra modalidade. Não haverá mais garantias de cobertura automática por parte das empresas patrocinadoras. Se o plano for de benefício definido e houver rombo, o plano terá que ser revisto para baixo. Por isso, cabe a cada plano tentar se garantir em suas aplicações. É evidente que os riscos existem, mas no regime em que estamos não há saída que evite isso totalmente.

O balanço social da Previ fala em manutenção de empregos e contribuições sociais e em desenvolvimento de programas sociais pelas empresas nas quais o fundo



“Nossa linha de atuação é buscar o máximo de transparência na gestão dos fundos de pensão dos trabalhadores”

participa. Mas a Previ tem participações em muitas empresas que foram privatizadas. Sabemos que esse programa de privatizações sofre denúncias de corrupção e gera desemprego em massa - além de ser um processo de ataque ao patrimônio público e à soberania nacional. Não há uma contradição fundamental e irreconciliável nessas questões?

Sérgio Rosa: É evidente que há contradições. A Previ, como outros fundos, participa de empresas, que por sua vez participam do mercado e disputam posições neste mercado que está aí, no qual redução de

custos e aumento de produtividade são elementos competitivos. Não adianta imaginar que o controle (parcial) dos fundos pelos trabalhadores vai mudar radicalmente os padrões de mercado,

embora não possamos fechar os olhos para estes problemas. São questões que dependem de uma organização mais ampla da sociedade, e nisto os fundos devem estar inseridos.

O que você pensa da autorização para sindicatos criarem fundos de pensão?

Sérgio Rosa: Sou sindicalista e não poderia me opor a que os sindicatos pudessem organizar fundos dos trabalhadores. Todos os cuidados devem ser tomados para garantir transparência, democracia e boa gestão. Acho que será positivo e levará os sindicatos a incrementarem as discussões com as empresas sobre este item.

a previdência em um mercado”

Entrevista concedida a Osvaldo Bertolino

MARCIO POCHMANN

A queda de rendimento do trabalho no Brasil

A base material do capitalismo brasileiro voltou a recuperar parte do que havia perdido durante a leve recessão ocorrida nos dois últimos anos. Por conta disso, o trabalho passou não apenas pela elevação do desemprego, mas também pela redução do poder de compra do salário e pela maior precarização das condições e relações de uso da mão-de-obra.

É importante destacar que o emprego assalariado com carteira assinada já vinha registrando queda desde 1996, com acúmulo de 1,1 milhão de vagas perdidas até 1999. Note-se que não era apenas a redução no produto verificada em 98/99 que contribuía para a diminuição do emprego assalariado. Deve-se creditar também ao próprio modelo econômico atual a responsabilidade pelo comprometimento da ocupação no país.

Mas o emprego passou a contar com uma nova oxigenação somente a partir de janeiro de 1999, com o fim do populismo cambial - que favorecia a maior absorção de produtos importados e dificultava, ao mesmo tempo, a exportação nacional. A desvalorização da moeda estimulou a retomada da produção e, por consequência, do emprego. No ano de 1999, isso ainda foi contido por força da contração do crédito.

Com a confirmação da continuidade do ciclo de recursos externos, o governo tratou de derrubar parcialmente a taxa de juros, desafogando o crédito e a produção interna. Em função disso, a recuperação do nível de atividade



Cresce número de empregos, mas os salários são menores do que no passado

econômica passou a ocorrer desde o último trimestre de 1999, com efeitos positivos no emprego.

BAIXOS SALÁRIOS

Deve-se considerar, contudo, que a elevação da produção acontece principalmente a partir da ocupação da capacidade de produção das empresas já existentes, estimulando mais a ocupação sem carteira assinada, o maior uso de horas extras e, por fim, o emprego assalariado com carteira assinada. Da mesma forma, a indústria, por ser a locomotiva da recuperação, impõe o maior estímulo à produção e ao emprego nas regiões metropolitanas.

Não obstante a presença de alguns sinais positivos na evolução da ocupação com carteira assinada, o rendimento global do trabalho não se recupera. Ou seja, há mais trabalhadores ocupados, porém ganhando, em média, menos do

que no ano passado. Três motivos contribuem para o comportamento da recuperação econômica com baixos salários reais.

O primeiro está associado à ausência de uma política de renda que apóie os trabalhadores de salário de base. Desde 1994, o país segue sem política salarial. No setor público, a remuneração nominal de grande parte dos funcionários encontra-se sem correção, apesar da inflação existente, enquanto o salário mínimo não tem política de elevação real do seu poder aquisitivo.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

O segundo motivo refere-se às dificuldades de elevação do valor real dos salários através da negociação coletiva de trabalho. Por fim, a presença de um elevado excedente de mão-de-obra estimula a crescente concorrência entre os trabalhadores, permitindo que as empresas contratem mais, com maior escolaridade e formação profissional, porém pagando menos. Nesse ritmo, a concentração absurda de renda, marca do capitalismo brasileiro, tende a ser ainda mais reforçada.

Não se pode imaginar que apenas a força da recuperação da economia seja possível de transpor as barreiras à elevação do rendimento real. Urge fortalecer a atuação sindical, que através da luta unificada pode romper com a inércia que anestesia a evolução do salário real, favorecendo a construção de uma recuperação econômica sem os vícios do passado. A defesa de uma política de revalorização real do salário mínimo passa por maior pressão popular. Sem luta não há resultados positivos para os trabalhadores do Brasil.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP e pesquisador do Cesit.
Correio eletrônico: pochmann@eco.unicamp.br

ANTONIO PRADO

Quem tem medo do salário mínimo?

É comum observar no meio sindical uma certa dificuldade em lidar com o tema do salário mínimo. Para alguns soa como uma contradição lutar por um mínimo de remuneração, quando o mais razoável seria conseguir o máximo possível. Apesar deste jogo de palavras ser persuasivo, ele nos conduz a armadilhas sérias em relação à estratégia sindical contemporânea.

A luta salarial no âmbito da categoria profissional pode até se fundar no princípio do salário máximo, mas o mesmo não ocorre quando se trata da fixação dos limites gerais à exploração do trabalho. Estes combates se dão em cenários distintos, com atores sociais diferentes. A luta nas campanhas salariais ocorre na relação direta e imediata entre capital e

trabalho e é uma ação corporativa. Já a luta pelo salário mínimo ocorre no espaço da política e, portanto, da cidadania.

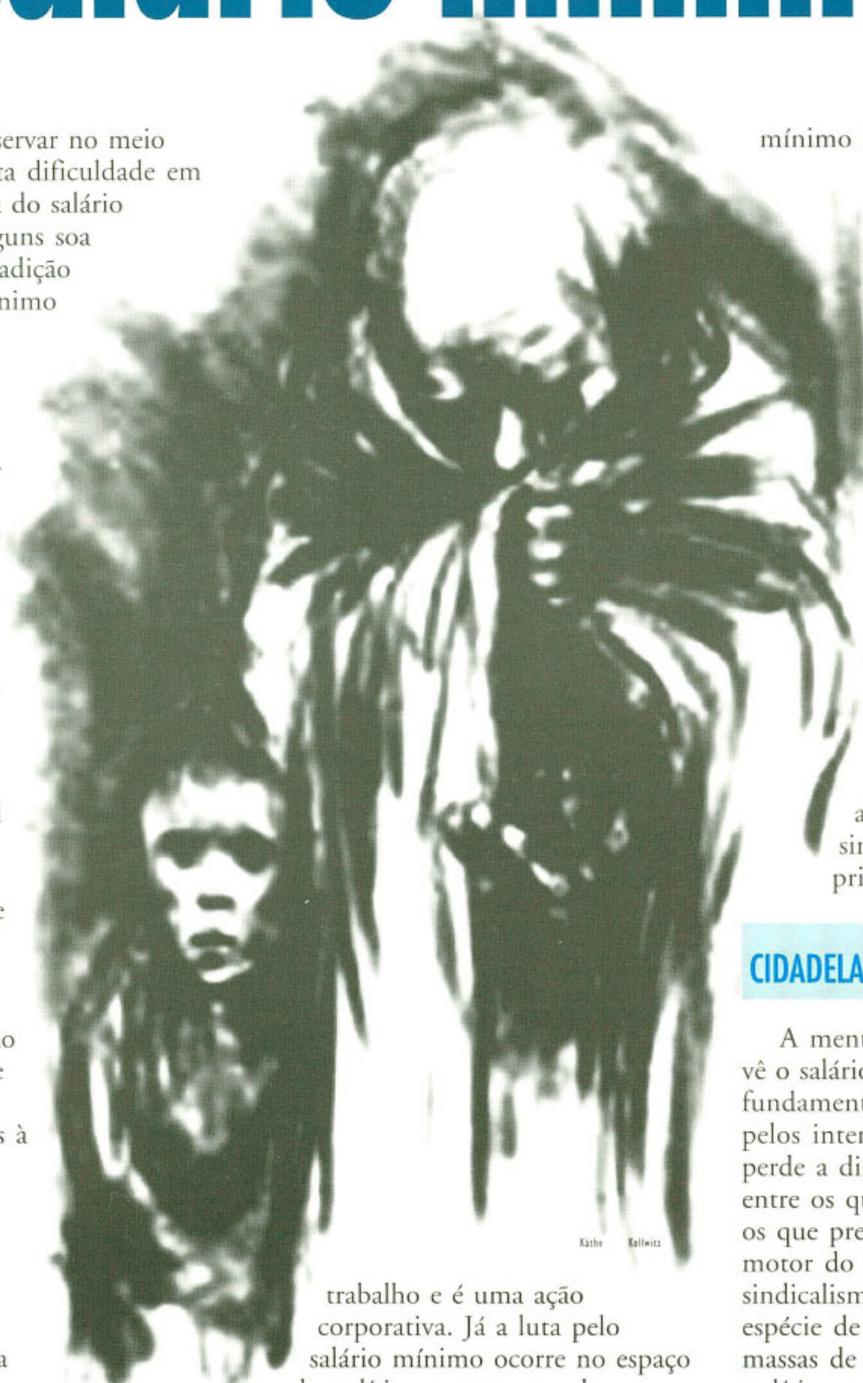
O horror dos liberais ao salário

mínimo está justamente nesta dimensão. Sempre entenderam o mínimo como uma excrescência, uma intervenção da política no funcionamento do livre mercado. Para eles, o melhor seria não haver salário mínimo. Tampouco deveriam existir pisos salariais por categorias, já que os sindicatos, na visão deles, representam um conluio contra o bem-estar da sociedade. Mais recentemente, os neoliberais brasileiros argumentam que os sindicatos são defensores de privilégios corporativos.

CIDADELA SITIADA

A mentalidade sindical que não vê o salário mínimo como fundamental nas lutas mais amplas pelos interesses dos trabalhadores perde a dimensão do embate maior entre os que lutam pela igualdade e os que pregam a desigualdade como motor do capitalismo. Esse sindicalismo passa a ser uma espécie de cidadela sitiada pelas massas de excluídos geradas pelas políticas neoliberais.

Se a ação sindical se restringir apenas aos temas corporativos, não



Mínimo é símbolo da vontade política de impedir a exclusão social

estarão certos os neoliberais em sua crítica? Se as questões de interesse maior dos trabalhadores, sindicalizados ou não, forem relegadas a um segundo plano, não estarão os sindicatos cumprindo a profecia neoliberal de serem um gueto de privilegiados em uma sociedade miserável?

É bom lembrar que nossa vergonhosa distribuição de renda não é apenas ruim por causa da mentalidade predatória e cartorial do colonizador português; da mentalidade patrimonialista, especulativa e anti-republicana das elites empresariais; da secular indiferença dos governantes: é ruim também por causa de nossos equívocos, como sindicalistas, de escolher e focar corretamente nossas energias nas lutas relevantes para a igualdade social.

A luta pelo salário mínimo é das mais nobres, pois representa os interesses mais amplos dos trabalhadores, ativos, aposentados, excluídos. Principalmente em uma sociedade construída pelas elites para ser desigual. A destruição da política do salário mínimo, iniciada pela ditadura militar e preservada pelos governos seguintes, é um dos maiores retrocessos já ocorridos no país.

EQUÍVOCO HISTÓRICO

Querer construir uma sociedade justa apenas através do nosso âmbito sindical é um equívoco histórico. É não perceber que está no espaço da cidadania e do Estado o centro das principais políticas que podem transformar a vida dos trabalhadores enquanto classe social e não como categoria profissional. Mesmo sabendo ser a luta sindical a origem dos grandes movimentos pela igualdade e liberdade, desde meados do século XIX, não é o

bastante a ela se restringir.

Isso não implica o abandono da ação sindical tradicional, pelo contrário, essa deve constituir as fundações para a ação sindical nas lutas por interesses mais amplos e estar, com elas, em conexão direta. O trabalhador que luta pela redução da jornada precisa saber que está contribuindo para a redução do desemprego não apenas em sua empresa ou categoria, mas em toda a economia. Saber que sua luta por um salário mínimo maior, mesmo que já tenha um piso salarial superior na sua categoria, contribui para diminuir a pobreza, a exclusão, e aumentar o bem-estar dos aposentados. E que também cria condições para o aumento posterior de todos os salários, inclusive o seu próprio.

A dificuldade em lidar com o tema do salário mínimo conduz o movimento sindical a sérias armadilhas em relação à sua estratégica maior

O debate recente sobre a correção do salário mínimo sofre desta falta de perspectiva mais ampla. Reproduz o ciclo e o caráter das campanhas salariais. Uma vez por ano, as centrais sindicais se mobilizam para a correção do mínimo. Passado o momento, vitoriosa ou não a campanha, volta-se ao cotidiano.

O salário mínimo não deve ser

entendido como uma referência de valor a ser corrigida anualmente. Mas como um valor de uma sociedade que resiste à desigualdade inerente ao funcionamento do mercado capitalista. Nos países em que o salário mínimo representa uma parcela significativa do PIB per capita, há um conjunto de políticas para ampliar o acesso aos bens públicos, em quantidade e qualidade. O salário mínimo é símbolo dessa vontade política de impedir a exploração desenfreada e a exclusão social meticulosa, calculada.

O salário mínimo é sim uma intervenção no funcionamento do mercado, justamente para impedir que as leis da acumulação capitalista realizem a utopia conservadora do pauperismo crescente e de massas submetidas à exclusão social e política.

Nesse sentido, o salário mínimo não pressupõe apenas uma política de longo prazo, mas uma outra visão de sociedade e de Estado. A sociabilidade construída sobre as bases da igualdade e solidariedade, não pelo mesquinho princípio da diferença e da competição. O Estado como agente regulador do mercado capitalista, impedindo que cheguemos ao desmoronamento societário já conhecido pela história, tão bem representado pelo período de 1914 até 1946, quando a ordem liberal entrou em colapso e arrastou o mundo para duas guerras mundiais e uma grande depressão. A utopia liberal transformou o mundo em cinzas!

Há que se pôr freios à barbárie para que algo novo tenha chance de florescer.

Antonio Prado é economista sênior do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) e professor de economia da PUC/SP

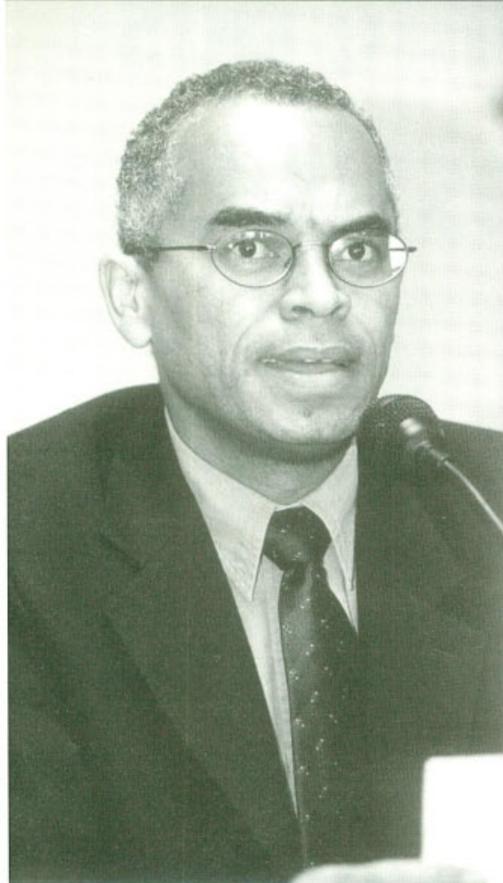
O sindicalismo diante das prefeituras progressistas



Celso Junior, AFT

COM A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULAR NAS ELEIÇÕES DE PREFEITURAS ESTRATÉGICAS DO PAÍS, O MOVIMENTO SINDICAL TERÁ, A PARTIR DA POSSE EM JANEIRO, UM INSTIGANTE DESAFIO PELA FRENTE. COMO SE COMPORTAR DIANTE DESTES NOVOS PREFEITOS, MUITOS DELES ORIUNDOS DO PRÓPRIO SINDICALISMO? COMO GARANTIR A INDISPENSÁVEL AUTONOMIA DOS SINDICATOS E, AO MESMO TEMPO, REFORÇAR A UNIDADE DAS FORÇAS CONTRÁRIAS AO GOVERNO NEOLIBERAL DE FHC? ESTAS E OUTRAS QUESTÕES DELICADAS SÃO TRATADAS A SEGUIR

NIVALDO SANTANA



A gestão dos prefeitos da oposição traz para o foco da discussão antigas e justas reivindicações do sindicalismo, que espera nova atitude e novas prioridades das administrações democráticas

Conflitos sindicais em prefeituras

Sindicalistas enfrentarão dilemas complexos para gerenciar

Os analistas políticos chamaram de “onda vermelha” a espetacular vitória das forças de oposição nas eleições de outubro passado. O resultado do pleito fez surgir uma nova correlação de forças políticas no país. Embora os porta-vozes governistas e a imprensa chapa branca insistam em reduzir o alcance da vitória oposicionista, não há como negar a grande derrota de FHC e dos partidos que dão sustentação ao seu governo – PSDB, PFL, PMDB, etc.

A vitória da oposição não é um mero acidente. Ela indica que o Brasil ingressa em um período de esgotamento do projeto neoliberal. A conjuntura nacional reclama novos caminhos e aponta para a necessidade de uma ampla unidade das forças de oposição. Recompôr essas forças, organizar e unificar os movimentos sociais são tarefas centrais da atualidade. E o movimento sindical pode e deve, pelo seu peso, jogar papel decisivo para cumprir estes objetivos.

É óbvio que a posse dos novos prefeitos de oposição trará para o foco da discussão antigas reivindicações dos movimentos populares e também do movimento sindical, que combatem energicamente o modelo neoliberal e suas prioridades, sempre voltadas para o privilégio do capital. Portanto, é justo que esperem uma nova atitude e novas prioridades dos prefeitos eleitos pela oposição.

LIMITES DOS MUNICÍPIOS

Essas expectativas, todavia, precisam levar em conta que a autonomia financeira dos municípios é cada dia menor e que o poder dos novos administradores

também é limitado. As regras básicas da gestão municipal estão condicionadas por rígidas restrições de ordem legal. Os prefeitos terão, por exemplo, de se defrontar com os rigores da Lei Complementar número 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas draconianas de finanças públicas, verdadeiras camisas de força a dificultar a execução de orçamentos limitados – sem falar no pesado endividamento da maioria dos municípios.

Entre outras medidas, a polêmica Lei de Responsabilidade Fiscal – uma das imposições do FMI ao país – define em 60% da receita corrente (arrecadação tributária) o limite máximo para gastos com pessoal. Ela também veda expressamente a utilização de receitas de capital (oriundas de empréstimos, privatizações e vendas de ativos) com pessoal.

Essas limitações irão esbarrar nos pleitos dos servidores e serão um grande complicador para a valorização salarial e profissional dos trabalhadores da administração municipal. Escapar desta armadilha não será tarefa fácil. Uma opção é a tentativa de aumentar as receitas, combater a sonegação, ampliar a capacidade arrecadadora e criar alternativas de desenvolvimento econômico. Estas medidas, em seu conjunto, podem até aliviar parcialmente os cofres municipais, mas não o suficiente para reverter o quadro de aperto orçamentário.

Os gastos com pessoal são importantes, mas as municipalidades têm outras responsabilidades igualmente importantes. Mesmo municípios mais ricos, como o de São Paulo, cujos gastos com o funcionalismo

Prefeitas progressistas

Gerir os inevitáveis conflitos com os novos administradores

giram em torno de 40% da receita, enfrentarão enormes dificuldades para atender as demandas sindicais.

INDEPENDÊNCIA SINDICAL

Nesse cenário de dificuldades, os sindicalistas enfrentarão dilemas de razoável complexidade para gerenciar os inevitáveis conflitos dos servidores com os administradores municipais.

Essas dificuldades são fruto de uma herança pesada. É consenso no movimento sindical que os trabalhadores do setor público são os mais penalizados pela escalada neoliberal em nosso país. Salários arrojados, benefícios com valores aviltados e uma seqüência interminável de cortes de direitos fazem parte do cotidiano dos servidores públicos em todas as esferas da administração. A reforma administrativa aprovada no Congresso Nacional liquidou com um dos poucos direitos remanescentes do funcionalismo – a estabilidade no emprego.

Essa situação levou a grande maioria das entidades dos servidores ao campo de oposição. Os militantes sindicais jogaram importante papel no processo eleitoral. Não é por mera coincidência que muitos vereadores eleitos – e até prefeitos – sejam originários do funcionalismo.

Passada a campanha eleitoral, o dirigente sindical que pediu voto ao prefeito oposicionista eleito volta a sentar do outro lado da mesa. A experiência tem demonstrado que a convivência de governantes e sindicalistas de esquerda cria situações inusitadas. Os inevitáveis conflitos entre os servidores e prefeitos colocam em papéis

diferentes lideranças com opiniões políticas semelhantes.

As contradições daí decorrentes, quando mal resolvidas, acabam desgastando ou a liderança sindical ou o governante progressista. Em determinadas circunstâncias, o conflito legítimo permite manobras das forças direitistas derrotadas. Aproveitando-se das justas e necessárias reivindicações dos servidores, forças alheias ao movimento dos servidores procuram pegar carona nas mobilizações para fragilizar administrações progressistas.

Mesmo com as dificuldades, os sindicalistas conscientes e combativos não podem abrir mão do direito de greve e de lutar pelos direitos básicos dos servidores. É papel insubstituível do sindicato brigar por salário, emprego e outras reivindicações. A independência do movimento sindical é fundamental e o papel dos dirigentes dos trabalhadores é lutar, por todos os meios legítimos, pela satisfação das justas demandas dos seus representados.

A simpatia e o apoio a qualquer governante não podem transformar o sindicalista em guardião dos interesses governistas. O militante sindical precisa ter talento e sagacidade para avançar na luta sem artificializar os conflitos. Uma tática justa precisa combinar a guerra de guerrilhas sindical com os embates políticos de fundo, responsáveis por melhorias duradouras nas condições de trabalho.

Uma compreensão política mais elevada coloca no centro das preocupações do sindicalismo avançado a luta por um novo governo, um novo modelo econômico – de oposição e alternativo ao neoliberalismo em

declínio. Essas mudanças de profundidade serão gestadas no seio de um amplo movimento oposicionista, ao qual centenas de prefeitos são aliados importantes.

O êxito das administrações populares é uma condição necessária para, entre outras coisas, garantir uma situação mais favorável à batalha de 2002. Isto não implica subordinar a luta sindical, mas saber, em cada caso, eleger os procedimentos mais ajustados.

As administrações municipais progressistas cumprem, assim, um duplo papel: primeiro, precisam cumprir as plataformas a partir das quais foram eleitas; segundo, devem também colaborar com o movimento de oposição e respeitar o movimento sindical.

Nesse cenário cheio de vicissitudes, o sindicalista luta pela melhoria das condições de vida e trabalho dos servidores. Associa essa batalha com a compreensão de que os prefeitos não podem fazer tudo. Orçamentos estrangulados e restrições legais muitas vezes obrigam o prefeito a dizer “não”. A contrapartida é o choque de interesses, nem sempre solucionáveis na mesa de negociação.

Manter-se à frente das entidades e legitimar-se perante as bases com reivindicações não plenamente atendidas pode provocar desgastes. A inteligência política e o instinto de sobrevivência, qualidades inatas em quadros sindicais capacitados, saberão encontrar, em cada momento, o remédio adequado. Não existe receita única para todos os males. Afinal de contas, o gênio da humanidade ainda não descobriu a panacéia universal.

Nivaldo Santana é deputado estadual do PCdoB/SP, presidente da Comissão de Relações do Trabalho da Assembleia Legislativa e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintuema)

MARCELO SERENO



É preciso estabelecer um diálogo respeitoso entre as partes (administração e sindicatos), em que os partidos do campo popular e democrático cumprem papel insubstituível

Sindicalismo cutista e prefeito

O diálogo deve estar alicerçado no respeito à liberdade e

As eleições municipais de 2000 foram a maior vitória da oposição ao governo neoliberal. Vários analistas compararam a vitória da oposição em 2000 ao resultado obtido pelo MDB em 1974, que começou a empurrar para os grotões o partido da ditadura militar – a Arena.

Os números não mentem. As oposições somadas governam para a maioria do eleitorado das grandes cidades, mais de 19 milhões contra cerca de 17 milhões eleitos pelos partidos da base governista. Esse resultado é ainda mais dramático para o governo se lembrarmos que, entre as vitórias da situação, estamos contando a prefeitura do Rio, onde ganhou César Maia, que já declarou seu apoio a Ciro Gomes.

Foi uma vitória à quente, em meio a uma retomada da luta sindical, com mobilizações por melhores salários de metalúrgicos, bancários, petroleiros e outras categorias, luta contra a privatização do Banespa, e a mobilização conjunta da CUT e da Força Sindical pela correção do FGTS.

RAZÕES DA VITÓRIA

Particularmente o PT teve uma vitória histórica, elegendo 187 prefeitos em todo país, representando cerca de 14% dos eleitores de todo país. No Estado de São Paulo, tornou-se o maior partido em número de votos, com 25% dos votos no Estado. Foi também o partido com o melhor resultado nas 62 maiores cidades, conquistando a prefeitura em 17 delas, e assim passando a governar, a partir de janeiro, para um eleitorado de mais de 14 milhões.

Na opinião do presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, a base política da vitória petista está na “competência das administrações municipais e estaduais sob nossa responsabilidade; oposição firme à grave situação econômica do país, em que se destacam o desemprego e a falta de segurança; e a defesa da ética na política, com o combate firme à corrupção, que já se tornou uma marca registrada dos nossos governantes e parlamentares”.

Segundo Lula, “o modo petista de governar veio para ficar. Em todo lugar em que levamos à prática nossas propostas, o povo logo percebe a diferença: orçamento participativo, bolsa-escola, renda mínima, banco do povo, médico de família, primeiro emprego e muitas outras”. Mas o próprio Lula adverte nesse artigo sobre as “dificuldades pelas quais passam as prefeituras brasileiras e do significado da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

É diante desse quadro de vitória, mas também de grandes dificuldades, que devemos debater qual deve ser a relação política que o sindicalismo deve ter com as administrações progressistas.

Primeiro, é preciso estabelecer um diálogo respeitoso entre as partes (sindicatos e administrações), em que os partidos do campo democrático e popular cumprem um papel insubstituível.

O diálogo deve estar alicerçado no respeito à liberdade e autonomia sindical, um princípio cutista. O sindicalismo como correia de transmissão do Estado e/ou do partido já nos deu suficientes exemplos (Leste Europeu, China e outros) do quanto é destrutivo para a democracia e para a defesa dos direitos dos trabalhadores.

ituras progressistas

autonomia sindical, que é um princípio da CUT

Ao mesmo tempo, não podemos considerar essas relações apenas na ótica da representação sindical do funcionalismo e muito menos na ótica do ajuste fiscal, que tenderá, pelos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) às prefeituras, a exercer uma forte influência no modo de governar das administrações populares.

O sindicalismo deve cada vez mais ser um sindicalismo cidadão, entendendo a defesa da cidadania como a defesa dos interesses do conjunto da classe trabalhadora, tanto dos setores formais da economia, como dos trabalhadores superexplorados do chamado setor informal, o que muitas vezes só é possível através de políticas públicas que desmercantilizam as relações de trabalho.

Mas o sucesso das administrações populares está na

medida de fazer uma administração inovadora, que se diferencie da política neoliberal que tem, desde o começo da década de 90, procurado desqualificar as políticas públicas e, por decorrência, o funcionalismo público, apontado como o bode expiatório dos problemas nacionais.

Não temos dúvida do fisiologismo, do compadrismo e do patrimonialismo que sempre foi a marca da Estado brasileiro. Provavelmente é nas prefeituras (vide os oito anos do malufismo em São Paulo) que a situação é pior. Por outro lado, a esquerda tem demonstrado que é possível fazer uma gestão diferente, inovadora e transparente. O melhor exemplo nesse campo é o do orçamento participativo.

Nas políticas de pessoal, políticas de recursos humanos, segundo o jargão de administração

de negócios, já é hora de também inovarmos. O desafio número 1 deve ser o de implantar, na prática, nas prefeituras populares, o conteúdo da Convenção 151 da OIT que garante o direito de negociação aos sindicatos do setor público e, simultaneamente, construir durante os próximos dois anos uma experiência exitosa de Contrato Coletivo de Trabalho em algumas administrações populares.

Não podemos ter dúvida de que o sucesso das administrações populares é decisivo para derrotar o projeto neoliberal no Brasil. Aliás, nas resoluções sindicais aprovadas no último Congresso do PT, afirmávamos sobre o papel da relação partido-sindicato a partir da observação das experiências político-sindicais na Europa do pós-guerra:

“Fica muito claro que as conquistas feitas na Europa do pós-guerra estão extremamente relacionadas com os sindicatos fazerem valer sua agenda a partir da vitória eleitoral dos partidos de esquerda e, portanto, a partir da participação partidária. Então, na verdade, existe uma relação de dupla via nisso; não é uma relação de subordinação entre o que o Partido estabelece e o Sindicato estabelece, mas é uma sinergia, uma relação rica em que a agenda sindical só se viabiliza a partir de construção de uma relação de interdependência entre a ação sindical e a ação partidária tanto no terreno institucional, como na luta de massas”.

É nesse sentido que devemos enquadrar as relações das prefeituras progressistas e o sindicalismo nos próximos anos, com interdependência de objetivos para derrotar o projeto neoliberal em 2002.

Marcelo Sereno é engenheiro, ex-integrante da executiva nacional da CUT e secretário sindical nacional do Partido dos Trabalhadores (PT)

RESUMO DA ELEIÇÃO EM 62 CIDADES (*)

Partido	Cidades que governa	que hoje	Eleitorado que governa hoje nas 62 cidades	Quantas prefeituras ganhou em 2000	Eleitorado que governará
PSDB	14		4.565.404	12	3.568.542
PMDB	13		4.601.554	10	4.063.195
PFL	6		7.911.018	4	2.849.065
PPB	4		1.489.572	2	558.135
PTB	2		540.270	3	4.887.757
PL	2		963.872	1	760.925
PV	1		546.737	0	0
PSD	0		0	0	0
PTN	1		7.134.821	0	0
PSC	1		316.777	1	316.777
Total governistas	44		28.070.025	33	17.004.396
PT	5		2.689.441	17	14.418.076
PDT	7		2.307.898	4	1.319.613
PSB	5		2.884.201	4	2.483.911
PPS	1		444.319	3	907.765
PCdoB	0		0	1	262.123
Total oposição	18		8.325.859	29	19.391.488
Total	62		36.395.884	62	36.395.884

Fonte: TSE (quadro elaborado por Fernando Rodrigues, articulista da Folha de S.Paulo).

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

O movimento sindical e o debate sobre o orçamento

Orçar, nas origens da língua portuguesa, tanto quer dizer “navegar à bolina”, ou seja, meter a proa pelo vento, quanto “esmar, julgar pela estimativa do número ou quantidade”. Daí, orçamento, estimativa.

Em bom conhecimento de causa, o orçamento é a previsão das receitas e despesas de um Estado para um período determinado. Ele é utilizado para proceder à distribuição dos rendimentos em proveito de uns e em prejuízo de outros. A determinação de um orçamento e, sobretudo, a sua realização são palco de uma encarniçada luta de classes entre os exploradores e entre estes e os explorados.

Em uma conjuntura em que a pressão financeira sobre o orçamento estatal (em todos os níveis) é uma constante, os defensores do neoliberalismo querem fazer passar como verdades duas idéias singelas: a primeira, sobre o caráter determinante do orçamento, em prejuízo de seu caráter de previsão – é o ponto de vista tecnocrático da Lei de Responsabilidade Fiscal; a segunda, sobre as motivações “espúrias” das lutas em torno das rubricas orçamentárias e das fontes de recursos – é a visão do presidente da Comissão Mista do Orçamento.

LIÇÕES DE MARX

Nunca é demais aprender de novo. Em 1850, Marx, escrevendo sobre as lutas de classes na França,



Pela primeira vez, centrais “intrometem-se” na discussão orçamentária

disse que “a entrega do patrimônio do Estado à alta finança está condicionada pelo crescimento incessante da dívida do Estado e este pelo constante excesso dos gastos do Estado sobre sua renda, desproporção que é simultaneamente causa e efeito dos empréstimos públicos. Para subtrair-se a este crescimento da sua dívida, o Estado tem que fazer uma das duas coisas: ou limitar seus gastos, isto é, simplificar o organismo governamental, reduzi-lo, governar o menos possível, empregar o menor número possível de pessoal, intervir o menos possível nos assuntos da sociedade burguesa; ou procurar fugir às suas dívidas e estabelecer no orçamento um equilíbrio – mesmo que seja passageiro – lançando impostos extraordinários sobre os ombros das classes mais ricas”.

Hoje, no Brasil, os tucanos e seus aliados tentam seguir à risca o

primeiro caminho e fogem como do diabo do segundo, procurando esquecer o que já propuseram no próprio parlamento. Há um quadro de rigidez orçamentária teórica. Para preservar os interesses da banca, dos rentistas e da alta finança internacional, o “pôr” algo de interesse das massas significa “tirar” algo dos trabalhadores, da classe média, da sociedade.

“INTROMISSÃO” SINDICAL

No entanto, um fato auspicioso ocorreu em Brasília, em 19 de outubro. Dirigentes das três maiores centrais sindicais (fortalecidos pela maré montante da reativação sindical unitária) apresentaram aos presidentes do Senado e da Câmara as reivindicações de aumento real do salário mínimo, pagamento integral a todos os trabalhadores da correção dos saldos do FGTS e reajuste salarial aos servidores. Todas estas três reivindicações têm clara implicação orçamentária. Pela primeira vez, o movimento sindical “intrometeu-se” na discussão do orçamento, com posições claras e definidas.

Mesmo que esta iniciativa estratégica não produza desde já seus efeitos no orçamento em discussão, o movimento sindical, descobrindo o “caminho das pedras” orçamentário, avança a passos largos no cumprimento de tarefas mais amplas, mais abrangentes e mais “cidadãs”. No palco orçamentário passarão a se manifestar os legítimos interesses dos trabalhadores por investimentos produtivos e sociais – portanto, por emprego – e contra a suspeita e vesga avidez tributária do Fisco.

Esta é uma verdadeira e efetiva modernização do estilo de ação sindical, muito além do ditado popular de que do couro sai a correia.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical em diversas entidades de São Paulo



FHC e o desmonte dos direitos dos trabalhadores

A PEC-623 é arquivada na Câmara Federal, mas o governo já promete novas investidas contra a organização sindical

SÉRGIO MIRANDA

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 623/98, sobre organização sindical, de iniciativa do Poder Executivo, foi declarada prejudicada e arquivada pelo presidente da Câmara dos Deputados, por força da aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, do parecer contrário a essa matéria. Esse parecer, apresentado pela relatora da matéria, deputada Zulaiê Cobra (PSDB/SP), referia-se à prejudicialidade da PEC 346/96

e suas anexas, entre as quais a PEC 623/98. A PEC 346 tratava da representação classista na Justiça do Trabalho, matéria já aprovada na Câmara no bojo da PEC 96, de 1992, que trata da reforma do Poder Judiciário. A declaração de prejudicialidade da matéria se deu também em função da promulgação da Emenda Constitucional número 24, de 9 de dezembro de 1999, que prevê a extinção do juizado classista na

Justiça do Trabalho.

Como não houve nenhum recurso contra a prejudicialidade dessas propostas, elas foram arquivadas, o que significa uma certa trégua para o movimento sindical. Mas o governo já promete nova investida contra a organização dos trabalhadores. A intenção é a mesma: reduzir o poder dos sindicatos, limitando sua representação apenas aos associados; instituir o sindicato por empresa,



para que as negociações trabalhistas sejam feitas de forma pulverizada, o que irá contribuir ainda mais para diminuir a força da pressão dos trabalhadores; por fim, asfixiar financeiramente as organizações de trabalhadores e desmontar os direitos coletivos dos assalariados.

UNICIDADE NA MIRA

Nesse rumo, um dos alvos principais da investida do governo é o princípio da unicidade sindical, inscrito na atual Constituição (inciso II do artigo 8º). O fim da unicidade, com a possibilidade de mais de um sindicato poder representar trabalhadores de uma mesma categoria em um mesmo território, numa situação de crise econômica, de recessão e de desemprego crescente, como a que hoje vivemos, representará um golpe mortal na organização dos trabalhadores brasileiros.

A obrigatoriedade do sindicato único é o reconhecimento de que a realidade das relações de trabalho historicamente evidencia uma correlação de forças desigual entre capital e trabalho. A unicidade sindical vem ao encontro desse reconhecimento. É uma condição essencial para que haja algum poder de pressão dos trabalhadores frente ao capital.

Mas o governo FHC aposta sempre na precarização do trabalho, na quebra do movimento sindical.

Este é o sentido das medidas já adotadas pelo atual governo: trabalho temporário, trabalho parcial, demissão voluntária, banco de horas, denúncia da Convenção 158 da OIT, redução do FGTS, implantação das

comissões de conciliação prévia, fixação do salário mínimo em valores irrisórios, drástica redução dos direitos previdenciários, com a instituição do tempo de contribuição e do fator previdenciário, entre outras medidas que reduziram os direitos do trabalho, impuseram limitações ao direito de greve e à livre organização sindical.

Também os servidores públicos estão sendo alvo de drásticas medidas por parte do governo: foram impostas perdas significativas em seus direitos previdenciários e trabalhistas, como a estabilidade, a universalidade do concurso público e a isonomia entre as remunerações. O congelamento salarial dos servidores já dura seis anos.

Além disso, o corte de verbas para as áreas sociais tem levado à falência a saúde pública, a educação, os serviços de saneamento e transporte, prejudicando o conjunto da população e, em especial, os

trabalhadores. O encarecimento das tarifas e a perda de qualidade nos serviços de telefonia e energia elétrica, setores que estão sendo privatizados aceleradamente pelo atual governo, são o resultado desse processo de esfacelamento do patrimônio nacional.

MUDANÇA DO ARTIGO 7º

O arquivamento dessa proposta significa apenas que o governo deverá, com certeza, investir com mais força e mais amplamente. Há algum tempo o governo vem ameaçando enviar ao Congresso uma PEC alterando o artigo 7º da Constituição Federal, para impor a livre negociação, pondo fim a toda a proteção legal dos trabalhadores brasileiros, alcançada ao longo de décadas de lutas. Pelas mudanças formuladas pelo governo, a negociação de direitos trabalhistas, como 13º salário, FGTS e pagamento de férias, teria que ser feita exclusivamente entre patrões e empregados. Proposta apresentada pelo Ministro do Trabalho e do Emprego extingue o benefício do abono-salarial, previsto pela Lei nº 7.998/90, e a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Como se vê, há toda uma agenda contrária à livre organização dos trabalhadores e aos princípios constitucionais da tutela ao trabalho, à valorização do trabalho humano e aos ditames da justiça social, inseridos em nossa Constituição como princípios maiores. Caberá aos trabalhadores organizados e às forças progressistas, que se mantêm fiéis à luta em defesa da implantação da verdadeira democracia social e política em nosso país, unirem-se contra mais esse golpe.

Sérgio Miranda é deputado federal pelo PCdoB/Minas Gerais e líder da bancada na Câmara dos Deputados

Um dos principais alvos do governo é o princípio da unicidade sindical, inscrito na atual Constituição

De onde virão US\$ 51 bilhões?

As contas do país, que o Plano Real veio para equilibrar, estão mais desequilibradas do que nunca

RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA

Para fechar suas contas neste ano, o Brasil precisa – estimam os analistas dos bancos – de cerca de 51 bilhões de dólares. Só para pagar juros, remeter lucros, *royalties*, dividendos e pagar serviços de tecnologia ao capital estrangeiro são necessários US\$ 28 bilhões. Os outros 23 bilhões são por conta, basicamente, de amortizações do principal da dívida e de despesas com fretes internacionais e turismo de brasileiros no exterior.

De onde virão os 51 bilhões? Os banqueiros estimam que cerca de metade desses recursos – US\$ 24 bilhões – entrem no país como investimento direto – grande parte, aliás, para a compra de empresas estatais e particulares brasileiras. Ainda assim, ficam faltando US\$ 27 bilhões. Parte desse buraco poderia ser coberto pelo saldo da balança comercial brasileira. Antes do Plano Real, o Brasil tinha um saldo no seu comércio exterior de 10 a 15 bilhões de dólares todo ano.

Mas o Plano Real destruiu o saldo da balança comercial brasileira e todos os esforços feitos para fazer o país voltar a ser superavitário no comércio exterior se frustram desde 1995. Depois de várias propostas

de incentivo às exportações, para este ano estava previsto um primeiro passo da recuperação do saldo, que seria de US\$ 4,4 bilhões. Com o déficit do comércio externo do país na segunda semana de novembro, o saldo do ano – que já era mínimo, de cerca de US\$ 150 milhões – tornou-se negativo, em quase 50 milhões de dólares.

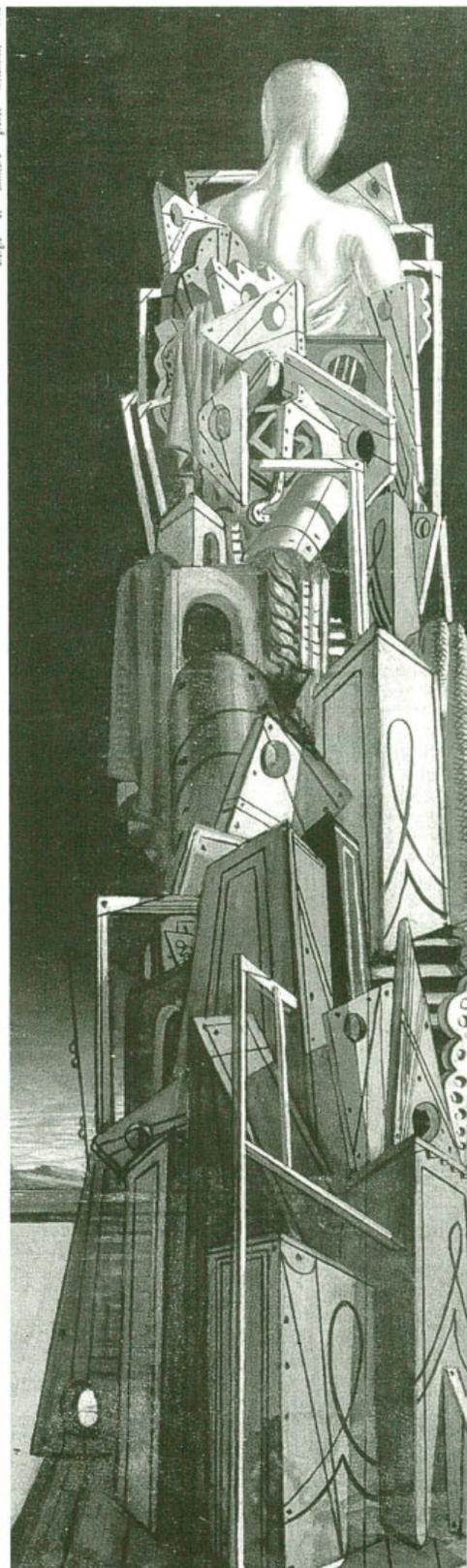
ABERTURA DESTRUTIVA

Os pais do Plano Real tinham uma teoria: diziam que a abertura do país aos capitais e à tecnologia externos iria modernizar nossa indústria. Com isso teríamos uma base econômica mais avançada, capaz de fabricar produtos de alta tecnologia e nossa economia se tornaria competitiva. Mas isso não aconteceu. A indústria brasileira típica de criação de tecnologia, a de máquinas e bens de capital, disse recentemente o presidente da Siemens, Hermann Wever, transformou-se numa indústria importadora e muitos industriais viraram, de fato, comerciantes de bens importados.

Como se fecha, então, o buraco

das contas externas? Por “captações” de dólares no exterior. O governo federal paga prêmios ao capital financeiro instalado no país para

Giorgio de Onica/6 - prof. - arca/104



Governo cortou o crédito interno e deixou os Estados de chapéu na mão

que ele vá ao exterior tomar dólares para o pagamento de juros ou rolagem da dívida externa. Da dívida externa do país, mais da metade é de grandes empresas. As que têm crédito no exterior lançam títulos lá fora em operações articuladas pelas grandes casas de investimento instaladas aqui ou de fora e pagam ou rolam a dívida. Bancos locais, como o Bradesco, por exemplo, vão ao exterior captar dólares para repassar os créditos internamente.

Toda a política monetária e cambial do governo é determinada por essa dependência. Como as grandes empresas *ainda* operam em reais dentro do país, o governo federal oferece títulos com correção cambial – assume os riscos das mudanças de câmbio – para que elas se protejam das oscilações da moeda nacional em relação ao dólar. Aos bancos o governo oferece, além da proteção cambial, uma política de juros internos suficientemente altos para que eles tenham um diferencial a ganhar por tomar dinheiro lá fora.

Um exemplo: no dia 13 de novembro, o Bradesco fechou uma operação de captação de US\$ 150 milhões em eurobônus no mercado internacional, para repassar a seus clientes. Pagou juros maiores do que os que pagara por papéis semelhantes lançados semanas antes, em virtude da crise financeira em curso. Mesmo assim fez um bom negócio, mais arriscado, mas mais lucrativo. O empréstimo externo foi feito a juros de 8% ao ano – 2,15% mais do que pagam os títulos do Tesouro americano. No lançamento anterior o Bradesco pagara menos: o *spread* sobre os papéis do governo dos EUA, como se diz no jargão do mercado, fora de 2,05%. Em compensação, a deterioração da situação financeira do país fez com que os juros

internos subissem. E o Bradesco, então, vendeu seus dólares no mercado interno, pegou os reais correspondentes e aplicou em papéis do governo, a juros mais altos.

Os jornais fizeram a conta: o Bradesco aplica seus reais em títulos como as NBC-Es (Notas do Banco Central – Especiais), que são corrigidos pelo dólar, têm dois anos de vencimento e estão pagando juros de 10,70% ao ano. Pelo dinheiro captado no exterior, já computado o Imposto de Renda de 15% sobre os juros remetidos, o Bradesco vai pagar 9,40%. A diferença – 1,30%, ou 10,70% menos 9,40% – é lucro. Todos os grandes bancos fazem isso. Pouco antes da operação do Bradesco, o

ABN-AMRO emitiu US\$ 100 milhões; o ING Barings, US\$ 50 milhões.

EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

As captações no exterior, destinadas essencialmente a rolar a enorme dívida que o Plano Real criou, vêm disfarçadas das mais diversas formas. A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, por exemplo, a primeira coisa que fez depois de eleita foi ir a Washington em busca de dólares para programas sociais que não precisam de um centavo em moeda estrangeira.

No caso das empresas e dos bancos, os empréstimos externos são incentivados pelo governo – através de títulos cambiais, o governo garante proteção para os que tomam empréstimos e os convertem em reais e ainda oferece um diferencial de juros para os reais que não estiverem aplicados. No caso dos Estados e Municípios, os empréstimos externos são forçados pelo governo. O governo federal cortou o crédito interno. Eliminou por trinta anos o direito constitucional de os Estados lançarem títulos de dívida pública independentemente. Forçou-os a pagar, às vezes, mais de 10% de seus orçamentos para o governo federal por ano, em nome de acordos da dívida. Com isso, os empurra, de chapéu na mão, para o exterior.

Seis anos depois do Real, a dependência que se pretendia eliminar é maior do que nunca. O Brasil precisa tomar um outro rumo, portanto. E as recentes eleições, felizmente, mostram que esse sentimento tem forte apoio popular.

Raimundo Rodrigues Pereira é jornalista, editor da revista *Reportagem*



Seis anos depois do Plano Real, a dependência que se pretendia eliminar, é maior do que nunca

OSVALDO BERTOLINO

A premiação do capital

A engrenagem básica de qualquer sociedade gerada pelas regras do capitalismo é a relação entre capital e trabalho. Desde que os clássicos da economia política liberal proclamaram um futuro pleno de liberdade, igualdade e fraternidade universais, quando o capital começava a pôr sua marca como alma autêntica do regime que nascia representando os interesses da burguesia emergente, há mais de 200 anos, essa dualidade tem estado no âmago das relações econômicas, políticas e sociais.

Nesse período, a luta dos trabalhadores e os ventos que sopraram das experiências socialistas obrigaram o capitalismo a entregar parte dos anéis para manter os dedos. No final da II Guerra Mundial, firmou-se na Europa uma espécie de reforma social que estabeleceu uma norma de consumo de massa assentada no fordismo e no Estado keynesiano de bem-estar social.

No capítulo mais recente dessa história, particularmente nesta década, esses paradigmas econômicos e políticos que alavancaram o século XX ruíram e a força do liberalismo volta sob a ordem de destruir toda proteção erguida pelos trabalhadores. Para atingir esse objetivo, o aparato ideológico do capital acena com um novo projeto para toda a sociedade, capaz de balancear melhor a relação entre capital e trabalho.

FALSA PROMESSA LIBERAL

Essa falsa promessa está na essência de uma das teses premiadas pela Academia Real de

Ciências da Suécia, que concedeu o Prêmio Nobel de Economia ao norte-americano James Heckman. O modelo de Heckman, dizem os especialistas, é extremamente técnico e consiste em estimar as chances do desempregado conseguir uma nova colocação ou qual a probabilidade dele obter um novo emprego de acordo com a sua escolaridade.

As propostas de Heckman para combater o desemprego não primam pela originalidade. Elas se assentam em duas questões: investimento em formação e “flexibilização” das leis trabalhistas. Heckman aproveitou o fato de receber a notícia da sua premiação no Brasil para fazer ampla propaganda dessas idéias. Para ele, existe um grande número de trabalhadores obsoletos acima de 40 anos para os quais só resta criar políticas de subsídios e concentrar os investimentos educacionais nas crianças e jovens.

Não há, no entanto, um único setor da economia, em escala mundial, que mostra a falta de escolaridade como origem do desemprego. A ênfase na formação, nos marcos do neoliberalismo, não quer dizer que se está interessado em formar cidadãos. Para a nova divisão do trabalho fundada na produção em redes mundiais, o que interessa é um bom nível de adiestramento segundo as necessidades do capital. A generalização dessa idéia está submetendo os sistemas públicos de educação às exigências do mercado e acentuando a competição entre os próprios trabalhadores.

Quanto à “desregulamentação



Ao conceder o Prêmio Nobel de Economia a James Heckman, a Real Academia de Ciências da Suécia confirma sua predileção pelos liberais

do mercado de trabalho”, seus efeitos no país de Heckman mostram bem o que ela proporciona. Um recente estudo do Instituto de Política Econômica (EPI) diz que os homens norte-americanos trabalham uma média de 49 horas semanais e as mulheres 42, com férias anuais de apenas duas semanas. Cerca de 20% trabalham mais de 50 horas semanais, contra 13% há 15 anos. Em média, um norte-americano trabalha 350 horas a mais por ano

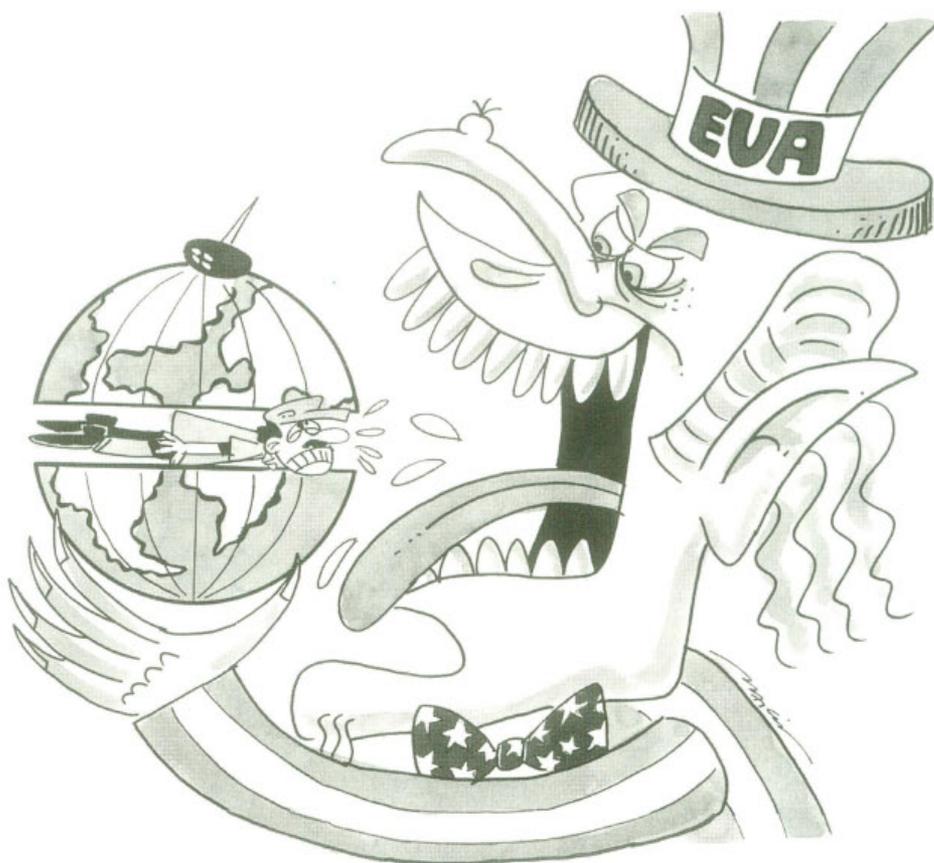
**James Heckman
é um legítimo
representante da
Universidade de
Chicago, recordista
de prêmios Nobel
de Economia,
célebre por suas
posições liberais**

que um europeu e 70 horas a mais que um japonês. Esse é o preço que os trabalhadores norte-americanos estão pagando pela tese neoliberal de menos Estado para o trabalho e mais Estado para o capital.

Na Espanha, desde que as relações de trabalho foram “flexibilizadas”, a taxa de desemprego explodiu. Um estudo recente mostra que em 1977 o número de desempregados era de 620.780. Em 1996, essa quantidade havia quintuplicado. Em 1977, o desemprego era, predominantemente, de curta duração: quase a metade dos desempregados permanecia menos de seis meses parados e só 24% ficavam sem trabalho por muito tempo. Em 1996, a situação havia se invertido – 61,8% permaneciam mais de um ano sem emprego. Em 1987, os trabalhadores temporários somavam 1.225,829. Em 1996, esse número pulou para 3.100.789, o que representa 35% do total dos assalariados. Nesse mesmo ano, apenas 4% dos contratos de trabalho celebrados não eram temporários.

DISCÍPULOS BRASILEIROS

Aproveitando a deixa de



Heckman, os discípulos do neoliberalismo no Brasil soltaram o verbo contra a legislação trabalhista. O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse que “uma maior flexibilidade nas leis trabalhistas é fundamental para que o Brasil possa se beneficiar da nova economia de mercado”. Almir Pazzianotto, presidente do TST, disse que “o envelhecimento da legislação deixou nosso país em condições muito desfavoráveis no contexto mundial”.

Heckman é conhecido como legítimo representante do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, recordista de Prêmios Nobel de Economia, célebre por suas posições liberais. Essa predileção da Academia pelos economistas liberais não deixa de ser paradoxal. Suas premiações, segundo o testamento do químico sueco Alfred Nobel, criador do prêmio, deveriam ser àqueles que, “no ano anterior, fizeram os maiores

benefícios à espécie humana”.

Em 1997, a Academia premiou o economista liberal Myron Scholes, que apresentou ao mundo o mercado de derivativos. Em 1998, Scholes e seus sócios quebraram o fundo americano Long Term Capital Management, um dos maiores escândalos financeiros dos Estados Unidos. Ele tinha uma dívida de US\$ 4 milhões que foi coberta graças a uma “ajudinha” de 14 bancos, coordenados pelo FED, o banco central norte-americano.

Alfred Nobel, inventor da dinamite, morreu desgostoso com o uso de sua criação como arma de guerra. Se ele pudesse antever o resultado das premiações da Academia para a economia, talvez seu desgosto seria muito maior.

Osvaldo Bertolino é diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

Trabalho informal vira regra no país do Real



Foto: Mauricio Nordin

Sem encontrar oportunidades satisfatórias de trabalho na economia formal, milhões de brasileiros estão apelando para a informalidade, que acabou se transformando numa imprudente válvula de escape para o problema do desemprego. Embora haja controvérsias sobre o tamanho exato da economia informal,

O avanço da informalidade reflete as mazelas das políticas econômica e social do governo e pode trazer graves conseqüências para o país e para as futuras gerações de trabalhadores

CLÁUDIO GONZALEZ

calcula-se que, hoje, pelo menos 50% da PEA trabalhe sem carteira assinada ou à margem da legislação trabalhista. Por trás das muitas faces da informalidade, encontra-se um problema comum: neste tipo de ocupação, a rede de proteção social — conquistada por décadas de lutas dos trabalhadores — não existe.



CAPA ■ TRABALHO INFORMAL

Dos 1,1 milhão de postos de trabalho criados anualmente no país, 900 mil vêm do mercado informal e são precários

Por sua própria natureza, a definição e quantificação da economia informal são dados para os quais os próprios economistas não encontram um ponto em comum. No Brasil, qualquer percentual entre 15% e 50% pode ser usado para representar o grau de participação da economia informal no PIB (Produto Interno Bruto). Tudo depende do especialista que chegou ao resultado e do método utilizado para estabelecer esses parâmetros.

As mesmas dificuldades de cálculo também são encontradas na hora de mensurar o mercado de trabalho informal; até porque, economia informal e trabalho informal caminham quase sempre juntos. Há, porém, alguns indicativos importantes. Estatísticas do Ministério do Trabalho, datadas de julho de 1997, indicam que apenas 46,3% da população economicamente ativa tinha emprego com registro em carteira, enquanto 25,1% trabalhavam sem registro e 22,9% por conta própria.

Antonio Prado, economista do Dieese, analisou os resultados da pesquisa de emprego do convênio Seade/Dieese na Grande São Paulo, de dezembro de 1989 a dezembro 1999, e chegou a dados preocupantes: o número de trabalhadores sem carteira assinada e de autônomos cresceu 53% nesse período, enquanto o total de ocupados variou apenas 12%. “É a medida precisa desse fenômeno de desconstrução do mercado formal de trabalho”, afirma o economista.

“Estão sendo criados, por ano, em torno de 1,1 milhão de empregos, quando seriam necessários pelo menos 1,4 milhão”, estima o sociólogo José Pastore, assessor da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Dos postos de trabalho

criados no último ano, apenas 200 mil são no mercado formal enquanto 900 mil vêm do mercado informal. “O grosso deles, 85%, é precário, instável e não oferece proteções básicas”, afirma o consultor empresarial.

Independente da sua real dimensão, percebe-se claramente a expansão da informalidade segundo quaisquer critérios. “Isso não seria necessariamente negativo se o aumento do trabalho informal se desse num contexto de elevação do emprego e da renda no setor dinâmico, o que poderia significar novas oportunidades de emprego. Entretanto, no Brasil, o aumento do trabalho informal tem se dado num contexto de forte desestruturação do mercado formal,

reduzindo a sua potencialidade de expansão e significando uma compressão da renda geral”, revela um estudo da CUT.

QUEM SÃO OS INFORMAIS

Este mesmo estudo mostra que há uma grande confusão em torno do significado do trabalho informal. “Isso não se deve a peijas metodológicas entre pesquisadores. Na verdade, a própria natureza do trabalho informal é complexa, englobando diferentes categorias de trabalhadores com inserções ocupacionais bastante particulares”.



O ESTERÍOTIPO

Quando se fala em trabalhador informal, logo vem à cabeça a imagem de um sujeito vendendo bugigangas na rua. Esta estereotipação na figura do camelô (ambulante, marreteiro, etc.) não é à toa. De fato, a condição de vendedor ambulante concentra todas as características mais marcantes do trabalhador informal: não tem registro, gera renda mas seu ganho é pouco, a maioria não paga imposto, o trabalho é precário e às vezes insalubre e, em geral, trabalha por conta-própria.

Além de todo este desamparo legal, a maioria dos ambulantes ainda é vitimada pela perseguição do poder público municipal, que muitas vezes trata a atividade como caso de polícia, reforçando ainda mais a marginalização destes trabalhadores. Para resistir, os

camelôs se organizam em sindicatos de trabalhadores informais (só em São Paulo são três diferentes, fora as associações regionais) que, geralmente, se limitam a intermediar a relação dos ambulantes com os fiscais da prefeitura.

Mas nem todos os ambulantes são ilegais. Uma parte deles possui registro na prefeitura e contribui para a Previdência. O mesmo acontece com um outro tipo de trabalhador informal que tomou conta das ruas das principais cidades do país nos últimos anos: os chamados perueiros, que operam vans e kombis para transporte de passageiros. Só em São Paulo eles operam cerca de 15 mil veículos nos quais trabalham mais de 30 mil pessoas.

Segundo critérios de informalidade da Organização Internacional do Trabalho (OIT), toda atividade em que não há distinção entre o patrimônio próprio e o dinheiro investido na fonte de renda é informal.

Pode-se também definir o trabalho informal como aquele vinculado a estabelecimentos de natureza não tipicamente capitalista. Estes se distinguem pelos baixos níveis de produtividade e pela pouca diferenciação entre capital e trabalho. O núcleo básico seria formado pelos trabalhadores por conta própria (pedreiros, pescadores, pequenos agricultores, costureiras, manicures, etc.), mas também pelos empregadores e empregados de pequenas firmas com baixos níveis de produtividade.

Além desses, são incluídos também na categoria dos informais os empregados sem registro que executam serviços para grandes e médias empresas, configurando flagrante desrespeito às leis trabalhistas, como é o caso dos bóias-frias, funcionários de madeireiras, mineiros, etc. Outro exemplo bem conhecido são aqueles vendedores que não detêm nenhum tipo de formalização, mas representam grandes empresas, formalmente estruturadas – que o digam a Avon e a Tupperware.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores em Economia Informal de São Paulo, existem 4 milhões de pessoas no Brasil, com rendimentos em torno de US\$ 250, envolvidas com o chamado marketing porta-a-porta, distribuindo os mais diversos produtos, como cosméticos, roupas, bijuterias, produtos de limpeza e alimentícios.

Há ainda um contingente grande que sobrevive da chamada “economia clandestina”, em que não apenas trabalham sem registro, como exercem atividades consideradas ilegais, o que reforça ainda mais sua exclusão. Estão neste grupo os trabalhadores

ligados ao mundo das drogas, os que trabalham no esquema do jogo do bicho, profissionais do sexo e os que mexem com contrabando.

Dois tipos de trabalhadores – nas duas pontas da pirâmide de distribuição de renda – não se encontram incluídos na definição de informais. Os trabalhadores domésticos (como as faxineiras, por exemplo), pelo fato de não estarem inseridos em uma unidade econômica, e os profissionais liberais (advogados, arquitetos, artistas, etc.). Estes atuam mediante contratos de prestação de serviços e, geralmente, recolhem impostos e possuem algum tipo de cobertura previdenciária.

RAZÕES DO CRESCIMENTO

São vários os motivos que têm levado um contingente cada vez maior de pessoas para o trabalho informal. Entre os mais evidentes estão a dificuldade de conseguir emprego no mercado formal e a baixa remuneração oferecida para quem não possui qualificação profissional adequada.

As dificuldades para se arrumar emprego formal são agravadas pela diminuição das vagas no setor dinâmico da economia, ocorrida nesta última década. Entre as causas desta diminuição estão, além do óbvio impacto da recessão econômica fomentada pelo governo FHC, também o crescimento de

cooperativas de trabalhadores (algumas verdadeiras e muitas fajutas), a reestruturação tecnológica e a iniciativa das empresas de contratarem mais prestadores de serviços.

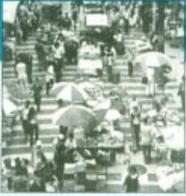
Segundo estudo intitulado “Globalização, desemprego e destrabalho”, de autoria do consultor da Informal Informática, Jayme Teixeira Filho, “se o emprego formal não cresce, se chegam milhões de novos braços e cérebros – e, principalmente, estômagos – ao mercado a cada ano e se a onda de migração do setor produtivo para o setor de serviços não dá conta de zerar os débitos dessa equação social, parece difícil encontrar outra saída que não a camelotagem no setor informal. Ou a miséria.”

DISCURSO NEOLIBERAL

Historicamente, os profissionais que perdem seus empregos e entram por uma ou outra via no mercado informal, dificilmente voltam a assumir seus postos de trabalho, mesmo que possuam alguma qualificação. De acordo com Pastore, para quem perde o emprego na indústria, a chance de voltar a ter carteira assinada no setor é de uma em quatro. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC divulgou pesquisa feita com 1.300 trabalhadores que entraram no último programa de demissão voluntária da Volkswagen e confirma: apenas 26% deles pretendem voltar a procurar emprego na indústria. A maioria, 51%, pensa em abrir um negócio próprio, no comércio ou em serviços.

Sempre tentando achar um “lado bom” na sua política de desemprego, o governo relativiza o impacto da informalidade na vida dos trabalhadores. Em recente declaração à imprensa, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, disse que “o emprego informal não é tão subemprego” como foi no

O governo reconhece que dos 65 milhões de trabalhadores do setor privado, 60% não estão cobertos pela Previdência



“Emprego informal não é tão subemprego”, relativiza Dornelles, que prega a flexibilização trabalhista

passado. Segundo ele, a média salarial dos informais na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, é de R\$ 600.

Apesar disso, o ministro afirmou que é preciso estimular as empresas a trazer seus funcionários para a formalidade. “Uma forma é simplificar a legislação trabalhista e aumentar o poder de negociação entre patrões e empregados”, apontou Dornelles, numa alusão ao projeto governista de flexibilização das leis trabalhistas. Essa opinião é compartilhada pela maioria dos empregadores.

Já os técnicos do Dieese pensam diferente. Segundo eles, o incentivo à geração de empregos está muito mais associado à criação de um ambiente propício ao investimento produtivo, com taxas de juros baixas e diretrizes claras de política industrial, agrícola, cambial e creditícia, e às políticas ativas de emprego – como, por exemplo, a diminuição do limite legal de realização de horas extras e redução da própria jornada –, do que à eliminação de encargos sociais e direitos trabalhistas.

SINDICATOS NA BERLINDA

Durante as comemorações do 1º de Maio deste ano, o então presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, chegou a dizer que “ou o movimento sindical se preocupa com a economia informal, ou tende a desaparecer”. A declaração de Vicentinho com certeza foi motivada pelos dados de uma pesquisa encomendada pela central, que constata que a nova geração está chegando ao mercado de trabalho sem saber para que serve o sindicato.

Segundo os dados do “Mapa da Informalidade em São Paulo”, de cada quatro trabalhadores com até

17 anos de idade na cidade de São Paulo, apenas um tem representação sindical. Os demais navegam no mar da informalidade, tendência que também pegou em cheio quem tem mais de 40 anos – 53% desses empregados maduros esqueceram a carteira de trabalho no fundo de alguma gaveta, junto com a carteirinha de associado a um sindicato.

Quanto mais jovem o empregado, menos chance ele tem de ser formal. Conforme vai ficando mais velho, o mesmo acontece. Assim, forma-se uma curva que faz com que as pessoas participem dos sindicatos, contribuam com a previdência social, paguem impostos e possuam uma rede de proteção legal apenas numa parte da vida, e ainda assim de forma inconstante. Essa constatação está provocando um debate acirrado nos sindicatos. A primeira pergunta que os dirigentes se fazem é: os informais podem ser organizados? Se a resposta for afirmativa, a próxima questão é: como?

Para responder a essas questões, a Agência de Desenvolvimento Solidário, da CUT, apresentou um projeto que pretende utilizar recursos públicos para financiar cooperativas, microempresas e auto-emprego. Outra proposta bastante aventada por todos é o investimento na capacitação profissional. A importância desta iniciativa é inegável, mas nem sempre apresenta resultados satisfatórios.

A auxiliar de enfermagem Rosângela de Sousa e Silva foi uma das milhares de pessoas que frequentou o curso de qualificação profissional oferecido pela CGT em convênio com o FAT e está decepcionada. “Fiz o curso há quase dois anos, mas continuo desempregada. Em todo lugar onde levo meu currículo, recebo a mesma

resposta: não temos vagas. Então, de que adianta estar qualificado se não tem emprego?”, questiona Rosângela.

“BENEFÍCIOS” QUESTIONÁVEIS

Existe uma parcela de trabalhadores que opta pela informalidade por vislumbrar aí a possibilidade de melhor remuneração do que teria condições de obter no mercado formal, ainda que para isso se submeta a jornadas de trabalho mais extensas. Esta é mais uma das conclusões tiradas do “Mapa da Informalidade”. A pesquisa revela que o rendimento médio de famílias que têm pelo menos um integrante na atividade informal supera os ganhos das que fazem parte do mercado formal.

Isso significa que algumas características do próprio mercado de trabalho formal no Brasil – como baixos salários e instabilidade do vínculo empregatício – são, em parte, responsáveis pela dimensão do mercado informal. De acordo com Marcos Antônio Maldonado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de São Paulo, “a maioria dos trabalhadores informais tem baixa escolaridade e especialização. Nas empresas, eles ganhariam muito pouco. A idéia de um salário um pouco maior e da isenção dos impostos é muito atrativa”.

No entanto, é pouco provável que as vantagens obtidas com rendimentos imediatos maiores compensem anos seguidos sem outros benefícios oriundos da formalidade, tais como FGTS, 13º salário, planos de saúde e subsídios com alimentação, transporte, saúde e educação (alguns deles extensivos aos familiares). Isso sem contar que o acesso a crédito financeiro depende quase sempre de

comprovação de renda, coisa que os informais dificilmente têm.

CRISE DA PREVIDÊNCIA

Além destes inconvenientes, a exclusão do sistema previdenciário é ainda um dos mais graves problemas decorrentes da informalidade. O próprio governo reconhece que dos 65,395 milhões de trabalhadores ocupados do setor privado, 60% (48 milhões) não estão cobertos pela Previdência Social e, portanto, sem direito a auxílio-doença e a benefícios decorrentes de acidentes do trabalho.

No tocante a aposentadoria, mesmo que venha a ser registrado em futuros empregos, ele perderá para efeito de contagem do tempo de contribuição o período de informalidade. Isso quer dizer que esse trabalhador terá poucas chances de aposentar-se, a não ser por velhice, e com o ínfimo benefício de natureza assistencial, não contributivo.

Para o próprio ministro Waldeck Ornélas, “esse é um dado extremamente preocupante, uma vez que a Previdência é fator de estabilidade social: se as pessoas não têm seguro social, significa que trabalharão até a idade máxima e não se aposentarão jamais, indo no fim da vida pesar sobre os ombros dos seus dependentes”.

O economista Antônio Prado afirma que o governo deve mesmo preocupar-se – e muito – com o aumento da informalidade, que está reduzindo de forma espetacular a base de tributação que garante políticas públicas. “Se a informalidade continuar crescendo no mesmo ritmo dos anos 90, teremos de discutir muito em breve toda a nossa estrutura tributária, que passará a ser insuficiente para o financiamento de estruturas fundamentais mantidas pelo Estado”, afirma.

O governo sabe muito bem o tamanho da “arapuca” em que os

PERFIL DO AMBULANTE

O Dieese estima que na cidade de São Paulo haja, aproximadamente 270 mil camelôs. O ex-policial Paulo Cezar Mendes Serra, 33 anos, trabalhou por algum tempo (sem carteira assinada, é óbvio) como ajudante do primo num estabelecimento comercial que revendia produtos, principalmente alimentícios, na região central da capital. Ele nos traçou um perfil dos ambulantes que conheceu.

Segundo seu relato, a esmagadora maioria “está nesta vida porque não tem escola” e como camelôs conseguem ganhar mais do que receberiam em empregos formais reservados para pessoas de baixa escolaridade. Outros tantos são ex-profissionais, tipo ferramenteiros, que tiveram que apelar para o trabalho de camelô quando perderam o emprego.

Paulo diz ainda que conheceu alguns que não podem procurar outro emprego porque “não têm documentação em ordem”. Há um grande número de aposentados que trabalha na rua para complementar “a mixaria

trabalhadores e o país vão se metendo com a escalada da informalidade na economia. Ainda assim, insiste em seguir a cartilha neoliberal e, para suavizar os efeitos desta política, lança mão de medidas paliativas. Não só ignora a necessidade de retomar o crescimento dos empregos formais, como reconhece e incentiva a informalidade.

Para o pesquisador Oswaldo de Oliveira Teófilo, “ao lado de medidas que promovam o crescimento da atividade econômica e façam reduzir o desemprego, é necessário que haja providências, não para esmagar a economia



que recebem do Inamps”. Ele ainda acrescenta alguns outros perfis de trabalhadores de rua, como os deficientes físicos, e diz que há até alguns comerciantes abastados, que terceirizam, com funcionários assalariados, barracas em pontos privilegiados da cidade.

Há, porém, um novo tipo de vendedor literalmente ambulante que Paulo não citou: são os camelôs que oferecem seus produtos em trens, ônibus e, ultimamente, até no bem vigiado metrô paulista. Estima-se que haja pelo menos 30 mil destes ambulantes na cidade. Para facilitar a venda, muitos se dizem “voluntários” de projetos sociais e outros simplesmente pedem dinheiro aos passageiros, numa atitude que extrapola o trabalho informal e aproxima-se da mendicância.

informal, mas para – ao contrário das condições vigentes, que de certa maneira contribuem para que ela se mantenha à margem da lei – dar-lhe incentivos para que se legalize, de tal sorte que o grande contingente de brasileiros ‘sem carteira assinada’ tenha enfim a possibilidade de adquirir o mínimo de direitos e renda que uma economia incluída entre as dez mais pujantes do mundo pode proporcionar-lhes”.

Cláudio Gonzalez é jornalista

A situação do saneamento público

O saneamento ambiental vem, há algum tempo, ocupando as manchetes dos principais veículos da grande imprensa. As matérias se pautam em denúncias sobre o expressivo contingente de excluídos que não conseguem acessar os serviços de água e esgoto, devido a estagnação e esgotamento da política empregada ao setor, notadamente após a extinção do Planasa. A crença de que enterrar canos não dá votos, atrelada aos interesses empresariais e corporativos dos fornecedores, levou governantes e gestores do setor a priorizarem investimentos em projetos no mínimo questionáveis. Isto porque não se originavam dos debates públicos ou audiências abertas para tal fim.

Sabedor de tal falcatura, o governo FHC, responsável pela falência do Estado brasileiro, persegue cegamente a cartilha do FMI que, dentre outras, estabelece a transferência do patrimônio público para o setor privado, especialmente o internacional, sob a ótica da lei de mercado. A aplicação de tal receituário, no tocante ao saneamento, além dos prejuízos normais da privatização, por conta de sua interface com a saúde pública e qualidade de vida, merece uma reflexão da sociedade e geração de movimentos de resistência popular. Isto tudo visando a manutenção da gestão pública.

Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a cada US\$ 1.00 investido em saneamento, evita-se gastos de US\$ 5.00 em medicina curativa. A idéia de privatizar para tornar o setor



competitivo é falaciosa, já que este se enquadra como monopólio natural (não comporta mais de um prestador, ou seja, não há concorrentes). Outro aspecto a ser considerado é que a água é tida como um bem público, de valor econômico em escassez no mundo, merecedora de uma gestão responsável, pública e democrática.

Alguns países já experimentam guerras na disputa de afluentes de rios, como o recente caso de Israel e países árabes. Por outro lado, o grande capital, através das gigantes do setor, de olho na água como mercadoria, vem encampando regiões, não apenas para obter lucro na exploração dos serviços, mas principalmente como detentores do produto, como reserva estratégica. Ele estabelece, por conseguinte, seu valor comercial, eliminando com isso seu caráter social e vital a humanidade, inclusive como fator de desenvolvimento e de qualidade de vida.

A fim de desfazer alguns mitos que tanto tentam nos impor, apresentamos algumas informações

oficiais dos principais países capitalistas:

* **Países com 100% de gestão pública:** Dinamarca, Canadá, Áustria, Grécia, Irlanda, Japão e Luxemburgo.

* **Países com mais de 80% de gestão pública:** Alemanha, Bélgica, Finlândia, Itália, Portugal e Reino Unido.

* **Países com mais de 70% de gestão pública:** França e Estados Unidos.

A realidade brasileira no tocante aos recursos públicos para o setor é a seguinte:

* **FGTS 95/98:** desembolso de R\$ 1,8 bilhões; retorno de R\$ 7,5 bilhões

* **Disponibilidade:** 1993 - R\$ 164 milhões; 1998 - R\$ 13,6 bilhões

As resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) proíbem a disponibilização de recursos para os serviços públicos e abrem para o setor privado. Enquanto isso, 15 milhões de brasileiros não têm sistema público de água, 40 milhões não dispõem de sistema de coleta de esgotos e 92% da população recebe renda familiar menor que três salários mínimos.

Diante do exposto, nosso sindicato está mais convicto de que o caminho da universalização não é a privatização e, sim, o da construção de uma política nacional de saneamento pautada na equidade, integração, transparências, regulação e controle social efetivo.

Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema)



O falso conceito da globalização

O termo se tornou uma idéia-força no arsenal da reação internacional porque desempenha, com razoável eficiência, sua função mistificadora

JOÃO QUARTIM DE MORAES

Globalização é o nome que os imperialistas deram à contra-ofensiva planetária que desencadearam, com inegável sucesso, durante as duas últimas décadas. Se o termo se tornou uma idéia-força no arsenal da reação internacional é porque, apresentando os interesses dominantes como se fossem a expressão inelutável da marcha da História, desempenha, com razoável eficiência, sua função mistificadora. Os ingredientes dessa mistificação são sobejamente conhecidos. Estaríamos numa época em que, com a instauração da “comunidade internacional”, os Estados nacionais teriam se tornado peças de museu. Os trustes, cartéis e outros “conglomerados

multinacionais”, desvinculados de qualquer base nacional, guiar-se-iam apenas pela “racionalidade” mercadológica, que exige a privatização, a terceirização, a

dolarização, a desnacionalização, em suma, o sucateamento do patrimônio público, a subordinação do interesse coletivo à lógica antropofágica do capital e a supressão, mesmo nos países imperialistas, de direitos trabalhistas básicos.

A mais indecente mistificação é a de que hoje viveríamos num mundo sem muros nem fronteiras. Além do muro de Berlim, caíram apenas as barreiras estatais que limitavam o insaciável apetite de lucros e juros do capital financeiro. Mas para milhões de proletários da periferia, induzidos a buscar trabalho nos países imperialistas (onde o salário mínimo, de mil dólares em média, é pelo menos dez vezes maior do que nos países

A mais indecente mistificação é a de que hoje vivemos num mundo sem

dominados), novos muros foram erguidos, à medida que o “enxugamento” neoliberal reduzia drasticamente a oferta de empregos, mesmo os mais penosos e insalubres. Essa é a causa do surto virulento de xenofobia e racismo na Europa ocidental, cujas burguesias, depois de haverem sugado, por décadas a fio, o sangue e o suor dos trabalhadores imigrantes, tratam agora de jogá-los para fora, como laranjas já espremidas. Contam, para isso, com a conivência daqueles setores do sindicalismo e da opinião pública que, para defender o emprego (o deles), trocaram a luta de classes pela caça ao imigrante.

O “democrata global” Clinton encontrou solução ainda mais eficaz para defender o nível de emprego na matriz imperial. Sob o rótulo “prevention through deterrence”, mandou reforçar e completar uma barreira de 3.140 quilômetros cobrindo a fronteira dos Estados Unidos com o México. Muros blindados, patrulhas permanentes, algumas formadas por fazendeiros armados (que se divertem, nos fins de semana, caçando “chicanos” que lograram atravessar vivos a fronteira), foram responsáveis, somente nos três primeiros anos de aplicação do plano Clinton (94/97) pela morte de pelo menos 1.185 mexicanos. Vinte e cinco vezes mais, em média anual, do que os mortos no Muro de Berlim.

OPERAÇÕES GENOCIDAS

O progresso técnico e econômico, no capitalismo, é sempre uma faca de dois gumes. Posta a serviço do “enxugamento”

Sustentar que os interesses nacionais estão ultrapassados é uma excelente maneira de servir aos interesses dos Estados Unidos

neoliberal, uma revolução tecnológica como a do complexo informática-microeletrônica, em si mesma portadora de imensas perspectivas, acelera a expansão do desemprego e do subemprego crônicos, incentivando a degradação dos valores éticos e culturais, o ódio étnico e racial e outras misérias físicas e morais, numa dinâmica exatamente oposta àquela para a qual aponta a doutrina da “globalização”. A indústria dos muros e da xenofobia continuará a prosperar. Garotos mal saídos da infância continuarão a ser exterminados a tiro de metralhadora, como está ocorrendo na Palestina ocupada pelo Estado terrorista israelense, armado e equipado, com desenvolvimento cinismo (“Israel é nosso amigo”, disse Bush, filho daquele outro que prometeu, em 1991, “levar o Iraque de volta à idade da pedra”) pela “democracia” dos dólares e dos mísseis.

A impunidade de que tem desfrutado as expedições coloniais da OTAN resulta da decisiva mudança da correlação internacional de forças provocada

pelo dismantelamento do bloco soviético. Sem mesmo esperar que Boris Ieltsin enterrasse no fétido lodaçal do neoliberalismo os restos mortais da grande revolução de outubro 1917, os valentões do Pentágono invadiram o Panamá com mortíferos bombardeios sobre a população civil, para, logo depois, despejarem sobre o Iraque um dilúvio de bombas, numa das mais atrozes operações genocidas desde a guerra do Vietnã. Não há hoje país que esteja a salvo de um ataque semelhante, por pouco que contrarie os interesses dos donos do mundo.

Não só os povos periféricos sofreram as conseqüências perversas da derrocada soviética de 1989-1991. Enquanto durou o “perigo comunista”, a burguesia dos países imperialistas, principalmente europeus, aceitou as conquistas sociais da classe operária. Mas a derrota do “inimigo externo”, permitiu-lhe desencadear, na trilha aberta, na década anterior, por Reagan e Thatcher, ataque frontal ao “capitalismo de bem-estar”. Sem dúvida, as sucessivas derrotas eleitorais sofridas nos últimos anos pelos partidos neoliberais europeus mostraram a força da mobilização dos trabalhadores em defesa do emprego e dos direitos sociais. Mas os partidos social-democratas vitoriosos pretendem apenas atenuar, no plano interno, os efeitos perversos da contra-revolução capitalista. No plano internacional, em nada se distinguem de seus adversários da direita. Defendem os interesses dos trustes e dos banqueiros europeus e não hesitam, quando lhes parece ser o caso, em ajudar militarmente os estadunidenses na preservação dos

Enquanto durou o “perigo comunista”, a burguesia dos países imperialistas

muros e sem fronteiras

mecanismos de exploração que condenam à miséria boa parte da humanidade.

IMPOSTURA IDEOLÓGICA

Como uma tão grotesca e odiosa impostura ideológica logrou obter tanto êxito? O marxismo oferece o princípio de explicação: as idéias dominantes são, normalmente, e sobretudo em períodos de refluxo das esperanças revolucionárias como o atual, as idéias das classes dominantes. A verdade é sempre revolucionária, mas a força de uma idéia depende muito da força dos que a sustentam. A fragilidade dos dados pseudocientíficos em que se fundamentava a idéia hitleriana da superioridade racial dos povos “arianos” não a impediu de receber apoio maciço na Alemanha “civilizada”. A idéia de “globalização”, até por não se apoiar em doutrinas intrinsecamente odiosas como o nazismo, difundiu-se com mais facilidade. Mas em termos de poderio militar, de capacidade de destruição e de amplitude territorial, o Eixo nazi-fascista é pouca coisa se comparado à máquina bélica da OTAN. Principalmente porque, com a exceção da China, os países com firme posição antiimperialista não têm capacidade, diante de uma agressão no estilo padrão do Pentágono e de seus asseclas europeus, de uma resposta “dissuasiva” (destruir porta-aviões ou bases fixas de lançamento de mísseis). Mesmo que a adquirissem, correriam o risco de um ataque nuclear pior que os de Hiroshima e Nagasaki (em nome, claro, do



“mundo livre” e da “democracia”). Às vezes, entretanto, na fúria de morder os países desobedientes, os buldogues da OTAN revelam sua mentalidade genocida. Para destruir a Sérvia, acusada de “limpeza étnica” e “libertar” Kosovo, eles se serviram de duas armas principais: os mísseis “tomahawk” e os helicópteros blindados “apache”, nomes de duas etnias indígenas exterminadas nos Estados Unidos.

À esquerda, não faltam os que, embora reconhecendo os aspectos perversos da nova ordem liberal-imperial, aceitam caracterizá-la como “globalização”. Imaginam com isso estar sendo lúcidos e modernos. Mas por mais bem-intencionados que possam ser (e alguns, de fato, o são), contribuem, ao servir-se desse termo, para ocultar não somente a permanência, mas também a furibunda exacerbação da opressão imperialista numa situação

O antiimperialismo, inseparável da defesa do patrimônio público, deve ocupar hoje posição central no combate da esquerda

internacional caracterizada não mais pelo predomínio do confronto entre o bloco soviético e o “Ocidente” e sim pelo predomínio do bloco das grandes potências capitalistas cujo braço militar é a OTAN. Por isso, sustentar que os interesses nacionais estão ultrapassados é uma excelente maneira de servir aos interesses nacionais dos Estados Unidos. O antiimperialismo, inseparável da defesa do patrimônio público e das empresas estatais, deve ocupar hoje, mais ainda do que ontem, posição central na luta dos trabalhadores e no combate da esquerda.

João Quartim de Moraes é professor do departamento de filosofia da Unicamp/SP, membro do conselho editorial da revista *Crítica Marxista* e organizador da coletânea “História do marxismo no Brasil” (Editora Unicamp)

aceitou as conquistas sociais da classe operária

Flexibilização trabalhista e Reforma do Judiciário são gatos do mesmo saco

Todo o movimento sindical de luta que está preocupado com a chamada “flexibilização dos direitos” deve se preocupar da mesma forma com a Reforma do Judiciário que volta à pauta, desta vez no Senado. A Reforma Judicial, já aprovada na Câmara dos

Deputados tem por único objetivo cumprir as orientações do documento Técnico 319 do Banco Mundial (veja texto no site do sindicato – <http://www.sintrajusc.org.br>) e atender aos interesses do capital internacional. Para implementar sem obstáculos a eliminação dos direitos dos trabalhadores do artigo 7º da Constituição, o capital precisa enfraquecer a Justiça e torná-la ainda mais dependente dos governos servis como o de FHC. Por isso a Reforma do Judiciário já aprovada e atualmente em tramitação no Senado, mantém a nomeação de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e dos Tribunais Regionais Federais e do Trabalho pelo Presidente da República. Recentemente Fernando

Henrique nomeou a ultradireitista Helen Northfleet para o STF sob protestos dos próprios colegas.

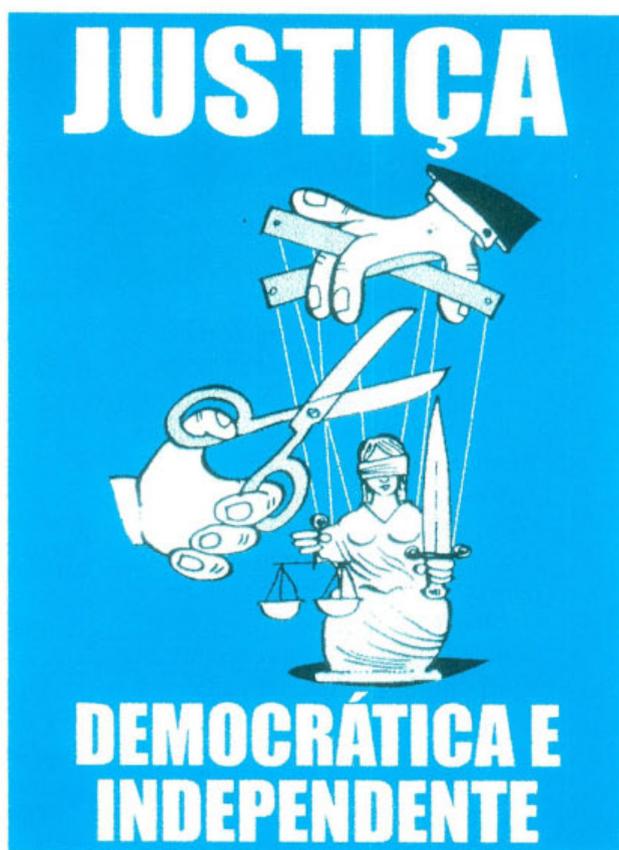
A Reforma do Judiciário tal como está visa dar “segurança jurídica” para os investimentos estrangeiros no país e concentrar o poder da Justiça nas altas cortes totalmente comprometidas com o projeto econômico. O objetivo é cassar o poder dos juízes concursados de

primeira instância que concedem liminares contra privatizações ou aumentos de pedágios. Outro problema do capital internacional são os passivos trabalhistas das estatais privatizadas. O governo prometeu aos compradores de estatais bancar os

passivos favorecendo ainda mais os novos donos, mas a maioria dos juízes do trabalho tem reconhecido que a dívida referente aos direitos dos trabalhadores é de responsabilidade das empresas e não do governo. O Judiciário, portanto, tem que mudar para atender os interesses do capital. Este é o conteúdo da Reforma que deve ser denunciada e combatida por todos nós.

O governo quer implantar uma Justiça neoliberal, ou seja, quer privatizar a Justiça e desregular os direitos deixando tudo ao sabor do “mercado”. Isto vem acontecendo através da terceirização dos serviços nos tribunais, da prática de empregar pretensos estagiários para garantir mão de obra grátis ou de baixíssimo custo, da

privatização das secretarias (cartórios) das Justças Estaduais e da introdução da qualidade total nos órgãos do Judiciário. O mesmo processo de desmonte da máquina pública aplicado na Educação, na Saúde, na Previdência Social, já vem sendo aplicado no Judiciário. Esta luta não é só nossa é de todos os trabalhadores.



Todos juntos contra a Reforma do Judiciário e a flexibilização dos direitos

SINTRAJUSC - FENAJUFE - filiados à CUT

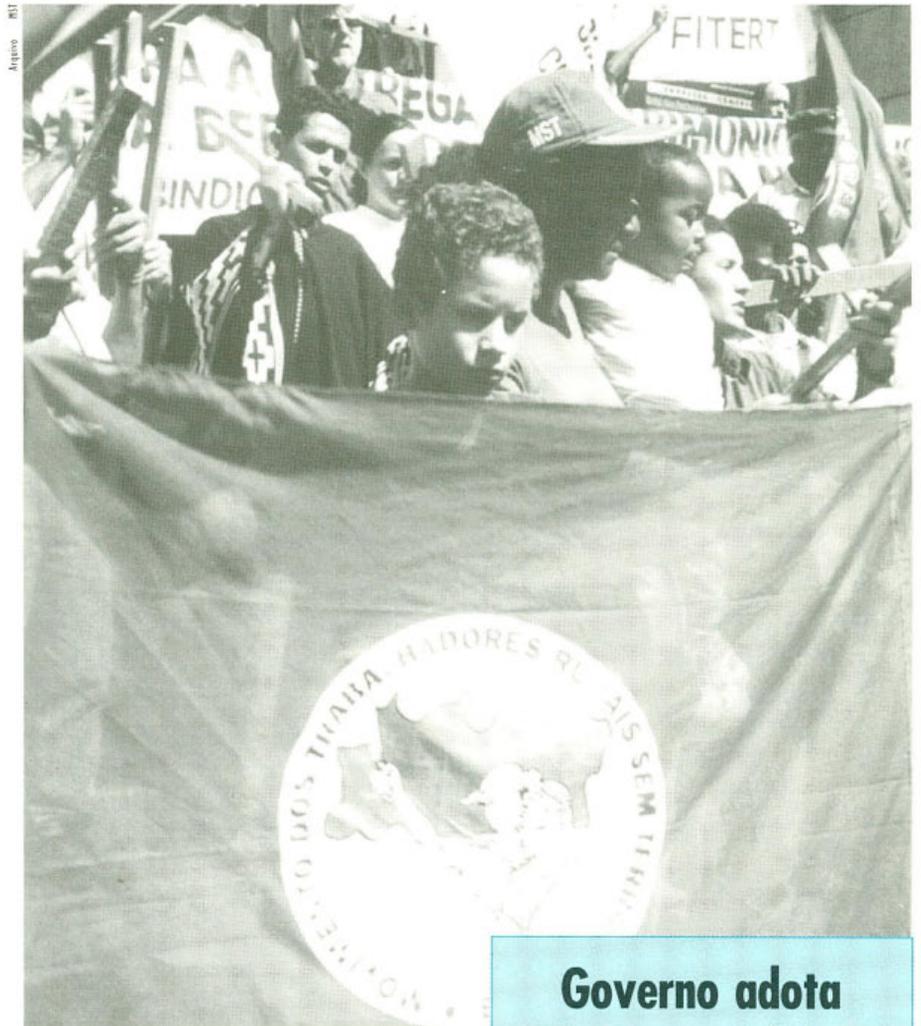
JOÃO PEDRO STÉDILE

O que está acontecendo no campo brasileiro?

O governo FHC vem implementando, desde 1994, um novo modelo agrícola subordinado ao projeto neoliberal. Ele está centrado no pressuposto de que deve ocorrer uma seletividade dos produtores rurais, permanecendo no mercado apenas os que são capazes de enfrentar a concorrência mundial. Essa política significa a completa mercantilização e desnacionalização do nosso campo, entregando seu controle às multinacionais e inviabilizando a agricultura familiar.

Em termos práticos, essa política, friamente elaborada e executada, afeta milhões de brasileiros. Ela é responsável pelo aumento da exclusão social. Segundo o IBGE, no período de 95/99, cerca de 4,2 milhões de brasileiros abandonaram a zona rural e 906 mil pequenas propriedades desapareceram. E a continuar a sua implementação, garante o próprio idealizador desse modelo, o ex-secretário executivo do Ministério da Agricultura, professor Guilherme Dias, haverá espaço apenas para 10% das grandes fazendas e 18% dos atuais pequenos proprietários.

A outra consequência lógica desse modelo é a continuidade da concentração da terra. De 1992 a 1998, os latifundiários ampliaram suas propriedades em 80 milhões de hectares. Basta lembrar o caso da construtora CR Almeida, que abocanhou 4 milhões de hectares numa área contínua no Pará, transformando-se no maior latifúndio do mundo. Outros 1.030 grandes fazendeiros são donos de



62 milhões de hectares – 15% da área total de imóveis do país. Eles acumularam, nesse mesmo período, 20 milhões de hectares, segundo dados do próprio Incra.

Durante 15 anos de lutas intensas, o MST e o sindicalismo rural conseguiram conquistar cerca de 12 milhões de hectares desapropriados, pagando com muitas vidas de companheiros. Enquanto isso, apenas mil

**Governo adota
uma nova tática
contra a reforma
agrária que
visa isolar
e derrotar
politicamente
o MST**

Coordenação do general Cardoso, chefe da ABIN, no combate ao MST

fazendeiros acumularam sorrateiramente, através das benesses do poder público e da política econômica, uma área total de quase o dobro da conquistada por 350 mil famílias. Essa é a prova maior de que a política do governo perpetua e aumenta a desigualdade social.

RESISTÊNCIA CRESCENTE

Para o governo e as classes dominantes, o ideal seria implantar esse modelo agrícola num contexto social sem sobressalto, com a cooptação das representações políticas e sindicais dos agricultores – sem oposição e resistência. No entanto, durante este ano, os trabalhadores rurais mostraram firme determinação de lutar contra a ofensiva neoliberal no campo.

São exemplos desta resistência os protestos em Porto Seguro (BA), nas comemorações oficiais dos 500 anos; as ações do “Levante no Campo”, contra os transgênicos e as importações agrícolas; as mobilizações de setembro, com o acampamento na fazenda de FHC; e a participação ativa das organizações dos trabalhadores rurais no plebiscito da dívida externa.

Nesse contexto, as lutas de massas atrapalham a estratégia do governo de implantar rapidamente o novo modelo agrícola. Por isso, as classes dominantes passaram a adotar uma tática neste ano que visa isolar e derrotar politicamente o MST. E por que o MST? Por que ele é um mau exemplo aos pobres do campo. Lógico que após a sua derrota, as elites certamente se voltarão contra todos os demais movimentos que organizem pobres no campo.

AÇÕES DO GOVERNO

Assim, o Palácio do Planalto articulou todas as suas forças para desenvolver diversas atividades na implementação dessa tática. Sob a coordenação do general Cardoso, chefe geral da ABIN, o novo serviço de inteligência do governo, várias medidas têm sido adotadas. As principais são:

1) **Campo jurídico.** Orientou todos os setores para abrir o maior número possível de processos, por qualquer motivo, contra lideranças do MST. Só nos últimos meses já são mais de 180 processos;

2) **Repressão.** Articulou as PMs para operar sistematicamente contra as ocupações. Organizou o novo DOPS rural – o departamento de conflitos agrários da Polícia Federal, com um delegado em cada Estado operando unicamente contra o MST. E sinalizou aos setores conservadores do judiciário e dos latifundiários com a impunidade. Resultado: seis companheiros condenados a oito anos de prisão e outros dez assassinados. Na história do MST, com exceção dos casos de massacre, nunca foram mortos tantos militantes num só ano.

3) **Ação na imprensa.** Articulou colonistas fiéis ao governo e outros órgãos suscetíveis às pressões e aos recursos de publicidade para promover uma verdadeira campanha de desmoralização do MST na opinião pública. Sintomático, o próprio ministro Jungmann revelou à imprensa que um dos objetivos era produzir notícias para prejudicar o PT na campanha eleitoral.

4) **Corte de recursos para a produção.** O governo imaginava que a liberação de créditos para os assentados ligados ao MST representaria maior apoio à

organização e consolidação dessa base social. Por isso, fez de tudo para evitar que os recursos fossem liberados antes das eleições.

APOIO DA SOCIEDADE

Felizmente, para toda ação há uma contradição. E apesar dessa triste sanha do governo, de mentir à opinião pública, os seus resultados não afetaram o MST. A eleição confirmou a derrota do governo.

FHC esconde da sociedade que o que produz mais luta e indignação é o aumento da pobreza e da desigualdade social. E o papel do MST é e será o de continuar a organizar essa indignação. Felizmente, muitos setores compreendem e vieram em nossa defesa, sejam intelectuais, jornalistas que colocam em risco seus empregos, parlamentares, partidos de oposição, religiosos, sindicalistas e estudantes.

A luta pela reforma agrária transformou-se, mais do que nunca, em luta de classes clara. Qualquer ocupação de terras, pressão sobre prédios públicos ou manifestação dos sem terras torna-se agora uma luta contra o modelo agrícola.

De nossa parte, seguiremos a luta de sempre, na missão histórica de organizar os trabalhadores. Ampliaremos nossa ação, não só contra o latifúndio, mas contra a ofensiva neoliberal. Somaremos com todos aqueles que querem derrotar esse modelo e construir, de fato, um projeto popular para o Brasil. A história está do nosso lado. Já FHC será tristemente lembrado pelos brasileiros, que não o suportam mais. Apesar da propaganda, há dois anos seu índice de aceitação popular não passa dos 19%!

João Pedro Stédile é membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)



Sete teses sobre a redução da jornada

I - A redução da jornada ou do tempo semanal de trabalho (sem redução de salário) tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração da mais-valia realizada pelo capital. Desde o advento do capitalismo que a redução da jornada mostra-se como central na ação dos trabalhadores, condição preliminar para uma vida emancipada, conforme escreveu Marx, em 1866, para o Congresso Internacional dos Trabalhadores de Genebra.

Desde o advento do capitalismo, a redução da jornada mostra-se como condição preliminar para uma vida emancipada, conforme escreveu Marx

RICARDO ANTUNES

II - Nos dias atuais, esta formulação ganha ainda mais concretude, pois se mostra como um mecanismo importante (ainda que, quando considerado isoladamente, bastante limitado) para tentar minimizar o desemprego estrutural que atinge um conjunto enorme de trabalhadores. Mas, se a proposta for concebida para além da esfera da imediatidade, a redução da jornada configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão

Vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de -

fundamental sobre o tempo, tempo de trabalho, autocontrole sobre o tempo de trabalho e tempo de vida. E, por outro, ao possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho.

VIDA CHEIA DE SENTIDO

Através da luta pela redução da jornada (ou do tempo) pode-se articular tanto a ação contra algumas das formas de opressão e exploração do trabalho, como também às formas contemporâneas do estranhamento/alienação, que se realizam fora do mundo produtivo, na esfera do consumo material e simbólico, no espaço reprodutivo fora do trabalho (produtivo). Pode-se articular a ação contra o controle opressivo no tempo de trabalho e contra o controle opressivo no tempo de vida. De modo que lutar pela redução da jornada implica lutar pelo controle (e redução) do tempo opressivo de trabalho.

III - Com isso, apresentamos outra tese que nos parece crucial: uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado/alienado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desfetivação que se dá no interior da vida laborativa.

Como o sistema global do capital dos nossos dias abrange também as esferas da vida fora do trabalho, a desfetichização da

sociedade do consumo tem como condição imprescindível a desfetichização no modo de produção das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona decisivamente a ação pelo tempo livre com a luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato. Do contrário, acaba-se fazendo ou uma reivindicação subordinada à ordem, onde se crê na possibilidade de obtê-la pela via do consenso e da interação, sem tocar nos fundamentos do sistema, sem ferir os interesses do capital ou, o que é ainda pior, acaba-se gradativamente por abandonar as formas de ação contra o capital e de seus sistema de metabolismo social, numa práxis social resignada.

A luta atual pela redução da jornada e a luta pelo emprego tornam-se necessariamente complementares

Restaria, então, a opção de tentar “civilizá-lo”, de realizar a “utopia do preenchimento”, do “possível”, visando conquistar pelo “consenso” o “tempo livre”, em plena era do toyotismo, da acumulação flexível, das desregulamentações, das terceirizações, das precarizações, do desemprego estrutural, da desmontagem do *Welfare State*, do culto do mercado, da sociedade

destrutiva dos consumos materiais e simbólicos, enfim, da (des)sociabilização radical dos nossos dias. Neste universo, a (positiva) ampliação dos espaços públicos tem como corolário a (também positiva) redução das atividades laborativas. Mas seu limite maior – e que não é o único – aflora quando se propõe a restringir, limitar, mas não desconstruir e contrapor-se radical e antagonicamente ao sistema de metabolismo social do capital.

“TRABALHAR MENOS, PARA TODOS TRABALHAREM”

Desse passo um tanto resignado, para o convívio com o capital, a distância fica pequena. Isso sem mencionar o fato de que estas formulações são, em grande parte das vezes, marcadas por um acentuado eurocentrismo, que não reflete (e conseqüentemente) não incorpora analiticamente a totalidade do trabalho social. Imaginar estas formulações encontrando vigência na Ásia, América Latina, África, tão somente “limitando o desenvolvimento da razão instrumental” e “ampliando os espaços públicos” é por certo uma abstração desprovida de qualquer sentido efetivamente emancipatório.

IV - Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica

Luta pela redução da jornada deve estar no centro das ações do trabalho

sentido fora do trabalho

que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Tecida e criada por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

Estas considerações, anteriormente feitas, nos permitem indicar as teses que seguem.

V - A luta pela redução da jornada ou tempo de trabalho deve estar no centro das ações do mundo do trabalho hoje, em escala mundial. Lutar pela redução do trabalho visando, no plano mais imediato, minimizar o brutal desemprego estrutural que é consequência da lógica destrutiva do capital e de seu sistema. Reduzir a jornada ou o tempo de trabalho para que não prolifere ainda mais a sociedade dos precarizados e dos desempregados. À justa consigna trabalhar menos, para todos trabalharem, deve-se, entretanto, adicionar outra não menos decisiva:



produzir o que? E para quem?

VI - O direito ao trabalho é uma reivindicação necessária não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado e fetichizado (que deve ser radicalmente eliminado, com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, particularmente para a massa de trabalhadores e trabalhadoras (que totalizam mais do que 2/3 da humanidade) que vivem no chamado Terceiro Mundo, desprovidos completamente de instrumentos verdadeiros de seguridade social, significa uma desefetivação, des-realização, brutalização e desumanização ainda maiores do que aquelas já vivenciadas pela classe-que-vive-do-trabalho.

CONTRA A LÓGICA CAPITALISTA

Mas é imperioso acrescentar que também no chamado Primeiro Mundo, o desemprego e as formas precarizadas de trabalho têm sido cada vez mais intensos, processos que se agravam com o desmoronamento gradativo do *Welfare State*. Portanto, também nestes países o direito ao emprego, articulado com a redução da

jornada e do tempo de trabalho, torna-se uma reivindicação capaz de responder às efetivas reivindicações presentes no cotidiano da classe trabalhadora.

VII - Esta luta pelo direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho (o chamado "tempo livre"), sem redução de salário – o que, faça-se um parênteses, é muito diferente de flexibilizar a jornada, uma vez que esta se encontra em sintonia com a lógica do capital – deve estar intimamente articulada à luta contra o sistema de metabolismo social do capital que converte o "tempo livre" em tempo de consumo para o capital, em que o indivíduo é impelido a "capacitar-se" para melhor "competir" no mercado de trabalho, ou ainda a exaurir-se num consumo coisificado e fetichizado, inteiramente desprovido de sentido. Portanto, a luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente complementares.

Ricardo Antunes é professor de sociologia do trabalho na Unicamp/SP, autor do livro "Os sentidos do trabalho" (Editora Boitempo) e coordenador da coleção "Mundo do Trabalho" (Boitempo)

hoje, em escala mundial

MANOEL CAÇÃO

“Nem tudo que reluz é ouro”

Numa jogada de marketing, Fiat é premiada como “a melhor empresa para se trabalhar” em concurso da revista *Exame*

Recentemente, a Fiat Automóveis conquistou o título de melhor empresa para se trabalhar no Brasil, em concurso promovido pela revista empresarial *Exame*. A reportagem está repleta de inverdades, que fizeram com que, inclusive, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas distribuisse um manifesto de denúncia à população da região metropolitana de Belo Horizonte.

Segundo a revista, o julgamento das empresas é feito pelos próprios empregados, cuja opinião tem peso de 80% – os outros 20% vêm das políticas e práticas de recursos humanos. Aí, a primeira grande surpresa para a diretoria do sindicato e para muitos trabalhadores da empresa, alguns dos quais nos telefonaram considerando um “abuso” a premiação.

Que a Fiat tem coisas positivas, não duvidamos. Mas afirmar que nos quesitos credibilidade dos chefes; respeito pelas pessoas; tratamento justo; orgulho e camaradagem no ambiente de trabalho, a Fiat é imbatível, nos parece um grande exagero. Pelo menos, não é o que dizem as dezenas de cartas de trabalhadores da Fiat recebidas pelo sindicato, que denunciam, justamente, a falta destes quesitos.

O consultor americano do instituto que promoveu a pesquisa chega a afirmar que o mais importante para os trabalhadores não são os salários e benefícios. Apenas para efeito comparativo, a Fiat gastou, em média, 14 mil



Revista fez propaganda da multinacional italiana, sem consultar trabalhadores de outras montadoras

dólares com cada funcionário no ano passado, entre salários e encargos, o que equivale a apenas metade do que a Volkswagen gastou e a 41% do despendido pela Ford.

O quê? Então, os trabalhadores da Volks e da Ford são tão ingratos que não foram capazes de eleger as empresas onde trabalham, apesar de ganharem mais? Aqui está o segredo do concurso da *Exame*. Das 100 empresas que concorriam, dentre as montadoras instaladas no país, constava apenas a Fiat. Trabalhador algum de outras montadoras foi consultado. Será por acaso?

Na verdade, a Fiat não concorreu com quem podia disputar com ela. A Fiat podia até

ganhar, mas, da forma como está, este concurso fica, pelo menos parcialmente, desacreditado. A *Exame*, na realidade, fez propaganda da empresa e o concurso serviu como meio para isto.

FALSIDADE JORNALÍSTICA

A matéria está repleta de inverdades, como a afirmação de que “todos os terceirizados continuam com os mesmos benefícios”. Não é o que pensam os trabalhadores da Comau e, principalmente, da TNT, empresas instaladas nos galpões da montadora. A revista diz, ainda, que “os empregados sabem tudo

“SE A FIAT ‘DEIXAR’, EU LEVO VOCÊ AO PARQUE, FILHO”

Reproduzimos, a seguir, trechos de uma carta escrita pela esposa de um metalúrgico da Fiat. Ela foi entregue pessoalmente no sindicato e é assinada com o pseudônimo “Uma amiga”, para evitar represálias:

“Eu, como esposa de um funcionário da Fiat, venho trazer o meu apoio a todos que estão lutando pelos seus direitos. Uma pessoa, para ser funcionária da Fiat, não pode ter nenhum outro compromisso. Nem mesmo com a família. Pois seus funcionários só vão em casa para dormir. Quase moram na Fiat. Nem nos fins de semana têm a liberdade de firmar um compromisso com a família. Primeiro, têm que saber se a Fiat “deixa”. É sempre assim:

– Se a Fiat “deixar”, eu levo você ao parque, filho.

– Se a Fiat “deixar”, nós vamos passear no zoológico.

“E assim por diante. Quando é que isso vai acabar? Isso já passou a ser invasão de privacidade. Com toda essa exploração, (eles) ainda têm que enfrentar as dificuldades financeiras, pois o salário mal dá para sobreviver. E tanto trabalho para nada. E querem que todos fiquem calados. Eu até acho que é

por isso que a Fiat prende tanto seus funcionários no trabalho, é para que a família toda fique presa em casa e não saia para perceber melhor o quanto seu salário é baixo, o quanto todos estão restritos às vontades da empresa.

“E isso, meus amigos trabalhadores, só prova a pressão, o desrespeito a que são submetidos diariamente os funcionários desta fábrica. E ainda têm coragem de dizer que a escravidão acabou, já era, só falta amarrarem “neguinho” no tronco e dar chibatadas. Mas isso eles só fazem usando palavras, expressões e olhares ameaçadores, inibindo e pressionando sempre. Isso com os “peões”, como são classificados.

“É triste ver seu companheiro, irmão ou amigo, com lágrimas nos olhos, repetir as palavras desferidas pelos chefes no início da sua jornada de trabalho. Eles são incapazes de dizer uma palavra de incentivo, apoio, respeito. E só quem convive diretamente com alguns desses funcionários e tem um pouco de percepção enxerga além das aparências, além da máscara que cada um vai levando para casa. E lá se vai a saúde, sendo que também não se pode ficar doente. Se fica doente, o empregado tem mais duas

preocupações: uma com a sua saúde perdida e outra de ser mandado embora, pois a mesma que lhe tirou a saúde não lhe quer mais. Sua produção caiu e com uma produção baixa não serve mais para eles. Deixando toda a família no prejuízo, na pior.

“É aí vêm com festinhas, falando em “Família Fiat”. Família esta que eles próprios destroem. Os pais, não sei se por vergonha ou se por medo de decepcionar a família, enfiam uma máscara de felicidade na ‘cara’ e vão com a família mostrar a fábrica toda arrumadinha. Mas saibam que não precisa ser um psicólogo para perceber a insatisfação, a mentira, a desilusão no rosto de cada um. Só os chefes riem com satisfação.

“Pois eu acho que esta visita deveria ser feita com tudo funcionando, cada funcionário no seu posto, ralando, sofrendo, para que a família o visse e entendesse melhor o que quer dizer ser “peão” na Fiat. E quem sabe assim a família o ajudaria mais na luta por um salário digno. É por isso que devemos nos unir e buscar a retomada da dignidade e de melhores condições de trabalho e vida para todos. E que Deus nos abençoe!”

sobre a empresa”. Mentira! Na prática, só sabem aquilo que a Fiat quer que eles saibam.

A afirmação mais escandalosa, entretanto, é a seguinte: “No ano passado, cada funcionário embolsou R\$ 2.550, em média, como Participação nos Lucros ou Resultados. Além disso, os 800 funcionários que têm metas individuais podem levar mais 2,5 salários”. Isto é, claramente, uma

mentira. Os R\$ 2.550 eram o valor máximo da PLR, que só podia ser alcançado por cerca de 300 trabalhadores com salários mais altos. Mas nem mesmo estes devem ter ganhado esse prêmio.

Para a grande maioria dos trabalhadores da Fiat, a premiação máxima só podia atingir R\$ 1.250, que era o valor mínimo. Mesmo assim, não a alcançou devido à perda no item qualidade. Ou será

que os trabalhadores que não receberam os R\$ 2.550 devem cobrar a diferença? E os outros 800 funcionários que teriam direito a mais 2,5 salários? Mas os leitores da revista não sabem disso. Não seria o caso de esclarecê-los, como manda o correto exercício da atividade jornalística?

Manoel Cação é assessor do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas/MG

TERCEIRIZAÇÃO E ESTADO

No ano de 1999, acirrou-se no Judiciário de Santa Catarina a campanha de tentativa de transferência de determinados setores de serviço às mãos da iniciativa privada. Nesse ano, enfrentamos a tentativa de privatização dos cartórios judiciais, na qual o Tribunal de Justiça retrocedeu graças a uma forte campanha de esclarecimento público desenvolvida pela categoria.

No entanto, estamos certos de que o processo de terceirizações não foi freado e, como em outros setores do serviço público, deve retornar em breve, visto que já existem projetos de terceirização para serviços de segurança e limpeza. Nesse contexto, traçamos a seguir algumas considerações acerca da terceirização no serviço público.

Não se trata de coincidência o fato de a terceirização ter sua difusão acentuada na última década, em sintonia com a introdução do modelo neoliberal no Brasil. Aliado às estratégias políticas e ideológicas, o novo modelo busca a reconcentração da riqueza (uma de suas principais características) através de uma exploração do trabalho levada a níveis absolutos.

As terceirizações e “quarteirizações” (terceirização da terceirização) tem papel estratégico para a garantia da exploração absoluta, essencialmente ao transformar o trabalhador em peça humana substituível.

Uma das justificativas ideológicas para a terceirização, mais utilizada no serviço público, é a da economia gerada pela não incidência de encargos sociais e a substituição imediata do trabalhador doente, acidentado, em férias ou licenciado. É aí que a terceirização, como estratégia para maior exploração do trabalho, apresenta sua face mais cruel: a descartabilidade do trabalhador, convertido em “engrenagem” substituível. Doenças, férias e outros direitos são encarados como “problemas” de economia que podem ser solucionados com a terceirização.

Outra consideração diz respeito à presença direta do Estado, como tomador do serviço terceirizado, na concentração de riqueza proporcionada aos empresários do setor de terceirização, graças ao lucro. O salário do trabalhador terceirizado normalmente é fixado em limites muito abaixo do valor

pago ao trabalhador público. E, se o Estado justifica que com isso economiza, sorrateiramente esconde o lucro exorbitante obtido pelas empresas terceirizadoras.

Por exemplo: um operador de copiadora do serviço público federal recebe R\$ 392,00 por mês; o mesmo serviço realizado por trabalhador terceirizado rende a este R\$ 197,00 mensais; o governo desembolsa R\$ 871,00 por trabalhador para a empresa terceirizadora. Ainda que a diferença fosse apenas entre os R\$ 392,00 e os R\$ 197,00, o governo estaria tirando R\$195,00 de um cidadão brasileiro para entregar ao empresariado.

É importante que o movimento sindical do serviço público esteja atento para este fenômeno que, embora menos escancarado, abre caminho para as privatizações. Por outro lado, onde o processo já ocorreu, é preciso encontrar alternativas para que a falta de homogeneidade das bases criada pelas terceirizações não venha ferir gravemente as mobilizações sindicais.

Volnei Rosalen

Diretor do Sinjusc (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina)

A saga de Zumbi de Palmares

Os combatentes de Palmares realizaram a maior tentativa de constituição de um autogoverno negro fora do continente africano

AUGUSTO BUONICORE

A história do Brasil, no período de 1530/1888, foi marcada por uma acirrada luta de classes. De um lado, os grandes proprietários de terras escravistas; do outro, as massas de escravos. Nesta história, destaca-se a luta de Zumbi e dos combatentes de Palmares. Estes foram os atores, segundo Clóvis Moura, da maior tentativa de constituição de um autogoverno negro fora do continente africano. Maior pelo tempo que resistiu, pelo contingente que abrigou e pela área geográfica que abrangeu.

Desde os primeiros anos do século XVII, a região nordestina foi palco de resistência e de fugas de escravos. Mas foi a partir do início da guerra contra os holandeses (1630-1654) que o movimento adquiriu caráter de massa, com a formação de dezenas de mocambos e a constituição da República de Palmares. Os negros se aproveitaram bem do conflito entre os senhores brancos.

O esvaziamento das plantações de açúcar causou pânico nos fazendeiros. Os ocupantes holandeses enviaram então duas expedições, mas os resultados foram quase nulos. Nos períodos de relativa paz, surgiu um comércio ativo entre a população branca da área e Palmares, com os negros

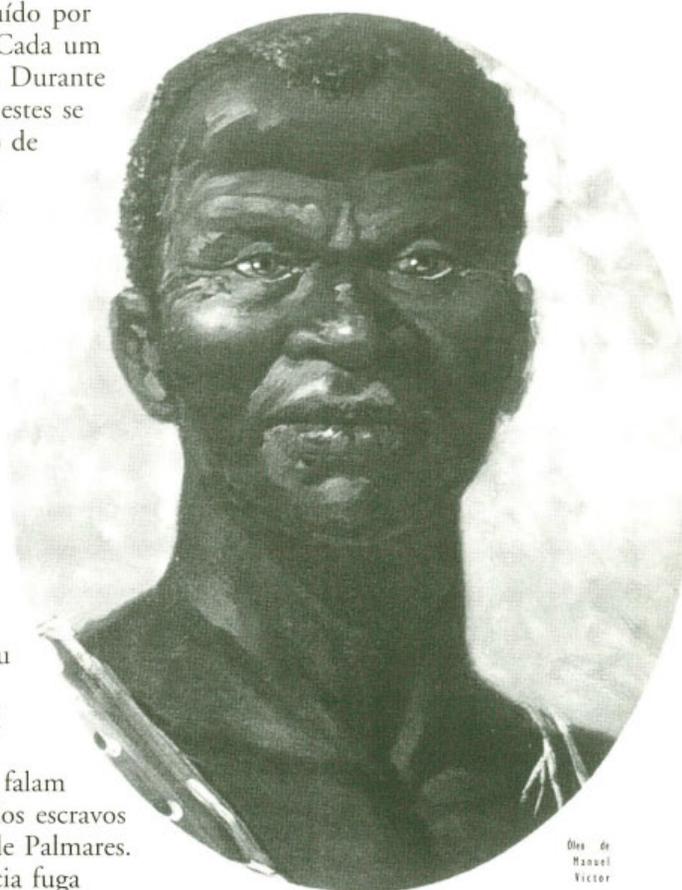
angariando a simpatia de inúmeros homens livres pobres, que também sofriam com a dominação escravista.

“GUERRA DE GUERRILHAS”

Palmares era constituído por dezenas de mocambos. Cada um tinha seu próprio chefe. Durante os momentos de perigo estes se reuniam sob o comando de um rei. O primeiro foi Ganga-Zumba, líder do maior mocambo, o do Macaco. Ele dirigiu as primeiras batalhas contra as tropas escravistas. Entre 1671 e 1678, foram organizadas mais de 25 expedições punitivas. Mas o conjunto dessas incursões não conseguiu destruir ou mesmo desorganizar Palmares, que continuou a crescer. No seu auge, chegou a abrigar 50 mil pessoas.

Os relatórios oficiais falam de fugas desordenadas dos escravos e do fim do quilombo de Palmares. Na verdade, o que parecia fuga

desordenada, não passava de uma bem pensada tática de “guerra de guerrilhas”. Diante da ofensiva das tropas escravistas, os negros recuavam e nas matas, que conheciam muito bem, fustigavam os invasores causando muitas baixas



Óleo de
Manuel
Victor

e obrigando-os a recuar.

Palmares se destacava também por suas poderosas fortificações. O mocambo do Macaco, capital de Palmares, era protegido por paliçadas duplas e por diversas armadilhas mortais, como os fojos (buracos cobertos por vegetação no fundo dos quais armavam-se paus de ponta), os estrepes (lanças de madeira em riste, também escondidas por vegetação). Nos últimos dias, era protegido por uma cerca tríplice de mais de 5 mil metros de comprimento.

Em 1677, Fernando Carrilho, experiente na luta contra os quilombos, atacou o mocambo de Aqualtune, mãe do rei Ganga-Zumba, fazendo com que os quilombolas se retirassem. Depois, destruiu o mocambo do Amaro, obrigando o próprio Ganga-Zumba a fugir com seus homens.

Em 1678, apesar das vitórias, a crise econômica impossibilitava o governo colonial de manter uma guerra prolongada e custosa contra Palmares. Isto fez com que buscasse

uma trégua e oferecesse concessões aos palmarinos, fato inédito na história do Brasil colonial. O governador oferece aos negros o direito de delimitar um território para viver em liberdade. Em troca, eles deveriam entregar as armas e não incentivar mais fugas de escravos. Ganga-Zumba defendeu a proposta.

Mas os termos do acordo não agradaram inúmeros líderes de Palmares, especialmente os mais novos, com destaque para Zumbi. Este, comandando o mocambo de Cucaú, continuou sua luta contra os senhores brancos, ocupando engenhos e libertando escravos. Enquanto isto, Ganga-Zumba perde prestígio e é assassinado. A partir de então, Palmares teria um novo rei: Zumbi.

VIOLÊNCIA ESCRAVISTA

A desconfiança de Zumbi em relação ao “acordo de paz” se confirmaria quando o Conselho Ultramarino, principal autoridade portuguesa para a colônia, rejeitou a proposta do governador. Para a metrópole e os grandes proprietários da colônia era inconcebível a existência de um território de negros livres no coração do Brasil. Este seria uma ameaça permanente ao sistema escravista, um exemplo perigoso para a massa de negros que permanecia cativa.

A guerra recomeça com maior intensidade. O governo contrata Domingos Jorge Velho. O paulista era conhecido pelas atrocidades cometidas no interior do país contra as populações indígenas. Seu último ato, antes de marchar para o território de Palmares, foi a execução e decapitação de mais de 200 índios que se recusaram a acompanhá-lo na guerra contra os palmarinos.

No final de 1692, a tropa de

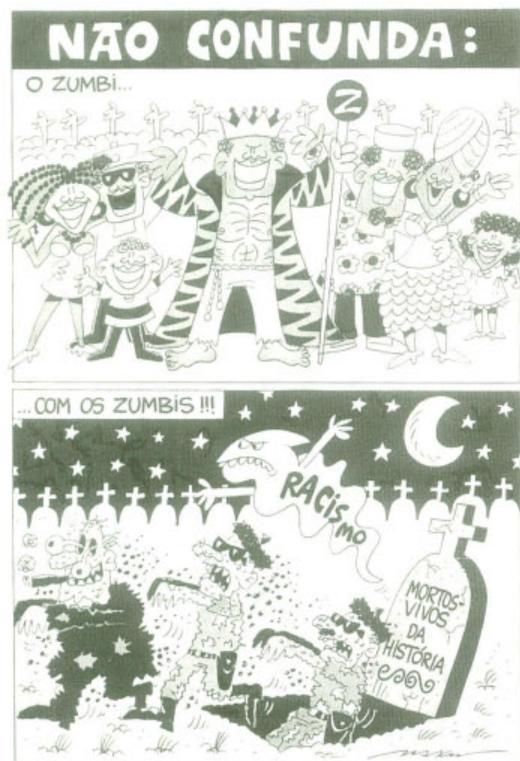
Jorge Velho atacou os mocambos, mas foi derrotada. Apenas em 1694, quando chegaram numerosos reforços, ele conseguiu realizar seu derradeiro ataque às fortificações palmarinas. Agora eram 3 mil homens bem armados, que possuíam canhões. Os projéteis abriram brechas nas cercas até então inexpugnáveis. Em 5 de fevereiro de 1694, quase sem munição, Zumbi se retira com sua gente.

O mocambo estava cercado por quase todos os lados, menos pelo que era protegido por um precipício. A tentativa de fuga foi descoberta e as tropas escravistas atacaram impiedosamente. Mais de 400 pessoas foram mortas naquela madrugada – uma grande parte foi atirada do penhasco. Zumbi, mesmo ferido, conseguiu fugir, reforçando a lenda da sua imortalidade.

Mais de um ano depois da destruição de Palmares, ele continuava vivo e comandava um pequeno grupo de homens. Mas um de seus auxiliares foi aprisionado e, sob tortura, revelou o esconderijo. Em 20 de novembro de 1695, o grupo foi surpreendido e resistiu bravamente até o último homem.

Zumbi estava morto! Seu corpo foi decapitado e sua cabeça espetada na praça principal de Recife. Era um alerta para que os escravos nunca mais ousassem lutar contra a ordem escravista. Palmares foi esmagada, mas não o sonho de liberdade. Esta luta pontilharia toda a história do país com centenas de heróis e mártires. Graças à luta desses homens e mulheres escravizados, aliados com outros elementos progressistas da sociedade, a abolição foi, finalmente, conquistada em 1888.

Augusto Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*





As lutas sociais sob o signo do neoliberalismo

O fato novo, que explica tanto a paralisia sindical da última década, quanto a efervescência recente dos movimentos sociais, é a ofensiva neoliberal

ANDRÉIA GALVÃO

Os movimentos verificados por ocasião das comemorações relativas ao 500º aniversário do “descobrimento” do Brasil – de índios, sem-terra, negros, estudantes, sindicatos – surpreenderam todos aqueles que haviam decretado o fim dos conflitos sociais, o fim das classes, o fim da história. Mais do que isso, eles se chocaram com a versão desenvolvida pela historiografia dominante no país no início do século XX acerca da passividade do “povo brasileiro”, fundada em mitos como a “democracia racial” e o “homem cordial”.

O objetivo deste texto é compreender a eclosão desses movimentos a partir de uma perspectiva de classe. Não se trata de descrevê-los ou de resgatar sua trajetória, mas sim de procurar elementos comuns na luta de segmentos aparentemente tão distintos, dispersos e desarticulados. A interpretação aqui proposta baseia-se na hipótese de que não se pode explicar a emergência de movimentos sociais sem considerar, de um lado, os efeitos da exploração e da dominação capitalista e, de outro, o

impacto da manipulação feita pela mídia, o papel do pensamento e da política neoliberal sobre a atual correlação de forças.

Buscar o vínculo acima anunciado não é uma tarefa fácil. Pois, ao contrário do sindicalismo, considerado parte da “normalidade” de uma formação social capitalista, ainda que uma normalidade incômoda e indesejável aos olhos das classes dominantes, os movimentos indígenas e de camponeses não representariam um elemento “fora de lugar” nesse contexto? Em

Como o neoliberalismo pode afetar movimentos sociais que parecem tão

segundo lugar, como o neoliberalismo pode afetar movimentos que parecem tão distantes de sociedades capitalistas e “globalizadas”? Em terceiro lugar, em que medida questões de ordem étnica e racial estão relacionadas a fatores de ordem político-ideológica ou à posição dos indivíduos na estrutura econômica? A resposta a essas questões requer a consideração das causas objetivas e subjetivas dessas lutas, a compreensão de suas motivações conjunturais e seus determinantes estruturais, a análise de seus antecedentes, de suas reivindicações imediatas, de seus impactos e desdobramentos.

CONTRADIÇÕES ACUMULADAS

Índios, negros e camponeses foram, cada um a sua maneira e em tempos diferentes, atingidos pelo processo de penetração das relações de produção capitalista no campo: os primeiros com a invasão de suas terras por fazendeiros, colonos, garimpeiros; os segundos, com um processo de abolição que os liberou do trabalho escravo sem os incorporar ao regime de assalariamento, seja no campo ou nas cidades; os últimos, com a industrialização do campo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, que expulsou os trabalhadores agrícolas e concentrou a propriedade rural nas mãos de grandes latifundiários.

Se esses fatores seculares são fruto da acumulação de contradições não resolvidas, como explicar a visibilidade recém-adquirida por esses movimentos? Longe de se dever a fatos inéditos, a intensificação dessas lutas pode ser

explicada pelo movimento histórico e pela dinâmica da luta de classes: é preciso considerar as vitórias e as derrotas das classes dominadas, bem como as contra-ofensivas das classes dominantes, desencadeadas através da força física e/ou da dominação ideológica. Ainda assim, não se pode desprezar que fatos novos se sobrepõem aos antigos, seja reforçando a situação de defensiva das classes dominadas, seja oferecendo condições para a reação e para a superação das crises.

O fato novo, que explica tanto a paralisia sindical da última década, quanto a efervescência recente dos movimentos sociais, é o neoliberalismo. A ideologia neoliberal afetou o movimento dos assalariados urbanos ao estimular a corrida pela competitividade e produtividade, legitimando a redução dos custos do trabalho e favorecendo as parcerias capital/trabalho. Convertido em programa político, mediante a adoção de políticas de privatização, abertura dos mercados e estabilização monetária, o neoliberalismo contribuiu para o enfraquecimento do sindicalismo, aumentando a precarização das condições de trabalho e o desemprego.

Mas se o neoliberalismo é um dos responsáveis pelo refluxo do movimento sindical – o que, de resto, não se limita ao Brasil – isso não significa que este esteja passando por uma crise estrutural e definitiva. Apesar da difusão de teses ligadas ao advento da sociedade “pós-industrial”, que proclamam o fim do trabalho, o fim dos sindicatos, dentre outras afirmações cabalísticas, o sindicalismo vem dando sinais de recuperação desde 1995, quando



da greve dos funcionários públicos franceses. A ela se seguiram as eurogreves contra o fechamento da fábrica da Renault em Vilvorde e as marchas européias contra o desemprego, em 1997, apenas para citar alguns exemplos.

EXPANSÃO DO MST

Por outro lado, ao impor constrangimentos econômicos sobre o orçamento destinado à “questão social”, como a seguridade, a demarcação de terras indígenas, os

Os conflitos sociais decorrem da luta de classes e é essa a dimensão

distantes de sociedades capitalistas e “globalizadas”?



**As dramáticas
conseqüências
das políticas
neoliberais acabam
fornecendo uma
base social para a
expansão do MST**

créditos agrícolas, a educação pública, a moradia popular, o neoliberalismo repercute sobre as condições de vida e de trabalho de camponeses, assalariados rurais, sem-teto, sem-terra, independentemente de sua cor ou origem étnica. Deste modo, afeta um dos mais antigos problemas sociais brasileiros, a luta pela terra, posto que bloqueia as possibilidades de acomodar os ex-camponeses e assalariados rurais nas cidades. Impossibilitados de encontrar um emprego, mesmo que no setor informal, estes se juntam ao MST.

O mesmo acontece com os desempregados urbanos, ao serem negadas as oportunidades de se reintegrar à empresa ou de serem “requalificados” e transferidos a uma outra ocupação. Nesse sentido, as conseqüências das políticas neoliberais acabam fornecendo uma base social para a expansão do MST.

As experiências e exemplos do passado, com todos seus avanços e retrocessos, fizeram das comemorações em torno dos 500 anos do Brasil um momento propício para a retomada das lutas

sociais. Ao mesmo tempo, o MST realizou a ocupação de propriedades rurais, estradas e prédios públicos – principalmente os pertencentes ao Ministério da Fazenda, considerado responsável pela restrição de recursos sociais, supressão de subsídios agrícolas e favorecimento do grande capital agro-industrial –, na esperança de que o governo mudasse o rumo de sua política macroeconômica, intensificasse o processo de desapropriação de terras e o assentamento de famílias.

O governo reagiu à essa convergência de manifestações através da censura e da violência. Além disso, tentou aterrorizar a sociedade brasileira, apresentando os integrantes do MST como bandidos, uma ameaça à lei e ao direito sagrado de propriedade. Acusados de fascistas, os membros do movimento foram ameaçados com a reedição da Lei de Segurança Nacional, sob o pretexto de que as ações por eles realizadas constituíam crimes contra a autoridade do Estado. Para completar o quadro, a mídia lançou

que os unifica, a despeito das diferentes aparências que possam assumir

O sindicalismo atravessa uma fase de refluxo, mas não vive crise estrutural e definitiva

uma campanha destinada a questionar o caráter democrático do movimento e levantar suspeitas de corrupção.

VISÕES REDUCIONISTAS

No final do mês de abril, uma nova vaga de protestos veio perturbar a paz do governo, com a greve de várias categorias de assalariados: servidores públicos federais (da saúde, justiça, previdência, professores universitários, de escolas técnicas), caminhoneiros, servidores públicos estaduais, com destaque para os professores das universidades paulistas e de ensino médio e fundamental. Além de aumento salarial, as categorias em greve reivindicavam condições para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população, denunciando os cortes no orçamento social, em proveito do pagamento de juros e encargos financeiros relativos às dívidas interna e externa. Mais uma vez, a repressão foi a tônica, aumentando o desgaste do governo.

As análises do presidente Cardoso acerca das greves são surpreendentes: “As greves não são o fim do mundo. Elas fazem parte da democracia, como na França”. Entretanto, considera que a acumulação de movimentos resulta de uma expressão política e não de uma tensão social, referindo-se ao ano eleitoral. Esta “percepção



sociológica” superficial e exótica tem uma finalidade precisa: o estabelecimento de uma ruptura entre o social e o político serve para deslegitimar as diversas formas que as reações populares assumem, como se elas fossem mera questão de rivalidade entre partidos políticos tendo em vista as eleições municipais.

Essa análise reducionista restringe a luta política ao jogo eleitoral e a concepção da política à dimensão institucional. Mas o caráter político das greves, assim como das outras manifestações aqui mencionadas, não se devem às ligações com um partido ou outro, mas ao que elas exprimem: se do ponto de vista imediato ou conjuntural elas traduzem a recusa da política econômica do governo, do ponto de vista estrutural elas recolocam na ordem do dia a questão da dominação e da exploração de classe.

Os conflitos sociais são consequência da luta de classes e é

essa a dimensão que os unifica, a despeito das diferentes aparências que eles possam assumir e das categorias distintas que eles mobilizam. As diferenças raciais, étnicas e de posições na estrutura econômica podem tornar a ação coletiva mais difícil, introduzindo divisões, confrontações, provocando recuos e fracassos. Mas a percepção, muito embora difusa, da natureza de classe da sociedade capitalista, que funda e atravessa os antagonismos sociais, superpondo-se às demais diferenças, é o elemento que permite às classes dominadas se articular, construir uma ação comum. Além da condição de classe, essas diferentes categorias partilham uma ideologia antineoliberal, o que permite pensar os movimentos por elas iniciados como o início da ruptura da hegemonia neoliberal no Brasil.

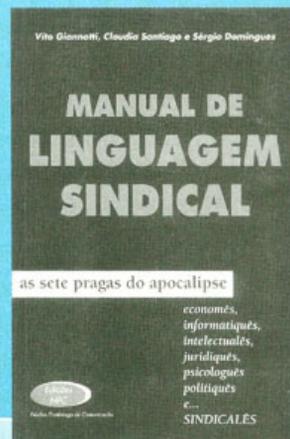
Andréia Galvão é doutoranda em ciências sociais pela Unicamp/SP e atualmente realiza os seus estudos na França

A praga do "sindicalês"

A idéia central deste livro é que a maneira como uma mensagem é transmitida é determinante para a sua compreensão. A linguagem é o ponto de partida. Para os autores, a mais brilhante idéia política se torna estéril se esta não for transmitida aos interessados. Comunicada para os que a poderão transformar em ação. A linguagem – falada ou escrita – é o veículo dessa transmissão. Daí a importância de falar sobre linguagem.

O ponto de partida da análise é um mosaico de constatações e de dados que a gente encontra no dia-a-dia, da esquina de casa aos jornais que abrimos. A primeira constatação é que vivemos num país onde o jornal é um artigo de luxo. Isso, não somente porque o seu custo é proporcionalmente muito mais caro que para um inglês, um italiano ou um norte-americano. Mas, por dezenas de causas sociológicas, nosso povo não é um povo de leitores, nem de jornais, nem de revistas, nem de livros. Somos, sim, um povo televisivo. Não é à toa que, infelizmente, está no Brasil o quarto canal de televisão do mundo – a maldada Globo. Ao mesmo tempo, estamos no 68º lugar em leitura de jornais, entre os 194 países da ONU. Esses dados têm tudo a ver com a linguagem dos 83% que, pelas estatísticas do governo, não terminaram seu curso secundário. Quem não cursou, no mínimo, esses anos de escola tem uma linguagem diferente dos 17% que chegaram lá.

A segunda constatação é que, entre sindicalistas, fala-se uma linguagem própria. Linguagem muito útil para quem já é do ramo. Mas, quem ainda não é da casa, como fica? Daí a necessidade de fazer este manual/dicionário. O objetivo é escancarar um problema que todo mundo sabe que existe, mas que é mais fácil fazer de conta



Manual de linguagem sindical.

Vito Giannotti,
Claudia Santiago e
Sérgio Domingues,
Edições NPC,
Rio de Janeiro, 2000

POR CLAUDIA SANTIAGO

que não existe e seguir seu caminho sem dar bola para a torcida. Só que é exatamente com essa torcida que nós queremos falar, dialogar e, no final, chegar a convencer da nossa política, das nossas idéias. O passo inicial é falar a língua dos milhões que queremos informar, formar e convencer.

A obra é fruto de anos de estudo sobre a linguagem utilizada pela classe trabalhadora e as mudanças que ocorrem a partir do momento em que um trabalhador se torna dirigente de uma entidade sindical. No primeiro momento, esse novo diretor tem a sensação de estar em terra estrangeira. Pouco a pouco assimila e passa a repetir palavras antes desconhecidas. Mas, a essa altura, muitos passos já foram dados. O novo dirigente, ou militante sindical, já estará falando uma língua diferente da dos seus antigos companheiros.

O livro não nega a importância

da linguagem utilizada pelos sindicalistas. Sabe que ela serve para transmitir conceitos políticos precisos que, muitas vezes, necessitam exatamente daquela palavra para serem explicitados. É o caso de *conjuntura*, *processo histórico*, *refluxo* e tantos outros. Mas esta constatação não resolve o problema.

Na opinião dos autores, a linguagem sindical é a síntese de uma série de outras linguagens das quais recebe influência direta. Na capa do livro, eles falam das sete pragas do apocalipse: economês, informatiquês, intelectualês, juridiquês, psicologuês, politiquês e a síntese de tudo isso, o sindicalês. O problema do sindicalês é que esta língua só é compreendida por pessoas que fazem parte daquele grupo específico: sindicalistas e ativistas sindicais. Assim como a língua dos advogados só é compreendida pelos advogados e a dos economistas pelos economistas.

Eles defendem a tese de que os dirigentes e jornalistas sindicais, na comunicação sindical, devem usar uma linguagem que seja compreensível para a maioria do povo brasileiro. A língua dos trabalhadores que não têm contato com economistas, advogados, psicólogos, ou sociólogos. Que têm como única referência a linguagem dos milhões e milhões que não cursaram o segundo grau. Para mostrar que o sindicalês, assim como qualquer outra língua, pode ser traduzido, os autores introduziram no texto cerca de mil palavras e expressões e seus respectivos significados. Eles indicam aos oradores e redatores da imprensa sindical que pesquisem e usem sempre palavras que sejam compreendidas pelo maior número possível de pessoas.

Claudia Santiago é jornalista, coordenadora da secretaria de comunicação da CUT/Rio de Janeiro e integrante do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)

Dimensões da crise sindical

O sindicalismo brasileiro vivenciou, nos últimos 25 anos, um processo de expansão e crise. Neste sentido, convém observar que, em contraposição ao ascenso do movimento sindical a partir de 1978, a situação se inverte na virada dos anos 1980 para a década de 90. Desenha-se, a partir daí, uma situação que se convencionou chamar de “crise do sindicalismo”. Crise que, em suas dimensões mais gerais, é marcada por lutas fortemente defensivas, perda progressiva de articulação dos sindicatos com suas bases e das organizações sindicais entre si, dificuldades para preservar antigas conquistas e obter novas, dificuldades igualmente para mobilizar os trabalhadores no setor privado e público, lutas neocorporativas e centradas na força-de-trabalho empregada, ficando à sua própria sorte os trabalhadores temporários, terceirizados, da economia informal ou desempregados.

A crise se consolida com a implementação das políticas neoliberais do governo Fernando Collor de Mello, cujas ações estimularam a reestruturação produtiva no país, com base no incremento acentuado das novas tecnologias. A isto se acrescenta a abertura comercial e aumento do desemprego, assim como investidas contra a legislação trabalhista para flexibilizar a força de trabalho, acentuando sua precarização. Iniciativas que repercutiram decisivamente sobre o movimento sindical de trabalhadores. Todos os setores da força-de-trabalho são afetados, a ponto de transformar a luta pelo emprego, em não importa que condições impostas pelo capital, a bandeira principal conduzida atualmente pelo movimento sindical de todo o país.

A profundidade das



O novo (e precário) mundo do trabalho.
Giovanni Alves,
Editora Boitempo,
São Paulo, 2000

POR ARIOVALDO SANTOS

transformações que se operaram no mundo do trabalho se mostrou, no caso brasileiro, particularmente evidente em um dos pólos que constituiu a linha de frente do movimento operário no final dos anos 1970, isto é, o setor automobilístico do ABC paulista. É a partir deste setor que o livro de Giovanni Alves, “O novo (e precário) mundo do trabalho”, procura lançar um conjunto de elementos para se pensar os impactos da reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo.

Porém, Giovanni Alves não se limita a um estudo de caso. Partindo de uma situação concreta, a crise do sindicalismo no setor automotivo do ABC é articulada ao processo mais complexo de mundialização do capital. Utilizando como referencial analítico o campo marxiano e marxista, “O novo (e precário) mundo do trabalho” apresenta três grandes hipóteses que são

exaustivamente desenvolvidas pelo autor.

A primeira das hipóteses é que, sobretudo a partir do governo Collor de Mello, se instaura uma crise do sindicalismo no Brasil, cujo “principal sintoma é a crise das estratégias políticas do ‘novo sindicalismo’”. Esta crise se expressa pelo “desenvolvimento de práticas sindicais neocorporativas de cariz propositivo” e em “debilidades estratégicas de cariz obreirista das práticas sindicais de contestação à lógica do capital na produção”.

A segunda grande hipótese é que a principal determinação desta crise, no Brasil, “é o desenvolvimento de um novo complexo de reestruturação produtiva” marcado pela passagem de um “toyotismo restrito” para um “toyotismo sistêmico”. Enfim, terceira grande hipótese, o toyotismo, enquanto “momento predominante do novo complexo de reestruturação produtiva[...] tende a instaurar, pelo obscurecimento da perspectiva de classe, uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital”.

Com propriedade, “O novo (e precário) mundo do trabalho” agrega positivamente os diversos esforços que têm sido desenvolvidos por diversos pesquisadores para compreender a “crise do sindicalismo” em suas dimensões universais e em suas especificidades logo que se trata de analisar o caso brasileiro. Um trabalho de fôlego e que, seguramente, se tornará obra de referência no tratamento do problema.

Ariovaldo de Oliveira Santos é professor do departamento de ciências sociais da Universidade Estadual de Londrina/PR e autor do livro “Marx, Engels e a política na Primeira Internacional” (Editora UEL, no prelo)

SINPRO-MG

uma história de lutas...

e, conquistas...

*em 20 anos de retomada
da entidade pelos professores.*



CES
há 15 anos
formando
resistência

Saudação ao CES

O Sindicato dos Professores de Campinas e Região saúda o Centro de Estudos Sindicais, na comemoração do 15º aniversário de sua existência. Cada vez mais o movimento sindical necessita da formação de seus militantes e da conquista de novos quadros. Sem dúvida, o CES desempenha um papel fundamental neste sentido.

Os cursos de formação, as palestras, os seminários, a Revista Debate Sindical constituem-se em instrumentos importantes para o avanço da luta política e sindical. É necessário que os sindicalistas que lutam efetivamente na defesa dos interesses dos trabalhadores, atribuam a importância devida à formação política e sindical. Cada vez mais, precisamos aprofundar o estudo sobre a complexa realidade que vivemos para a obtenção de respostas conseqüentes que permitam barrar o avanço do neoliberalismo e avançar na conquista do socialismo.



SINDICATO DOS PROFESSORES DE CAMPINAS E REGIÃO
FILIADO À CONTEE, FEPESP e CUT

Av. Profª Ana Maria Silvestre Adade, nº 100 Pq. Das Universidades
Campinas/SP - CEP 13086-130 - Tel/Fax (19) 3256 5022
Home page: <http://www.sinprocampinas.com.br>
e-mail: sinprocps@mpc.com.br

FILMES

MANOEL RANGEL

O passado pelos olhos do presente

Freqüentemente o cinema é chamado a ocupar-se do passado para justificar o presente. Um caso típico de reconstrução histórica guiada pelas necessidades do presente foi a invenção do *Wersten* americano. Nesse gênero de filmes, o penoso processo de construção da nação e suas guerras de expansão, o banditismo e a rapinagem, foram higienizados para modelar o papel internacional dos EUA. Outro caso foi o esforço do cinema soviético de Eisenstein, que foi buscar em Alexandre Nevski, herói nacional russo, um modelo para a resistência popular à invasão hitlerista da URSS.

O cinema de Eisenstein e o *Wersten* são significativos porque mesmo possuindo claro sentido político imediato, não contradiziam nem o significado maior do episódio histórico, nem a sua resultante para o momento dos filmes. Os dois filmes que comentamos abaixo também se lançam ao passado para falar ao presente.

BUENA VISTA SOCIAL CLUB
(WIM WENDERS, 1999)

Ainda que não seja um filme de reconstituição histórica, Buena Vista opera na mesma chave, já que sua matéria é o passado cultural de Cuba e dos cubanos. Os músicos da velha guarda, personagens do documentário, são levados a traçar um paralelo entre sua vida de glórias antes da revolução e seus dias sombrios sob a revolução.

Entre encontros para gravar o disco, entrevistas, apresentações por

toda a Europa, a sensação que vai sendo construída por Wim Wenders é de uma Cuba difícil e madrastra dos seus melhores filhos. Entretanto a bela música, a sobrevivência daqueles músicos extraordinários já velhinhos e a cultura musical dos novos a valorizá-los resistem ao tom predominantemente anti-Cuba socialista que exala do filme.

BRAVA GENTE BRASILEIRA
(LUCIA MURAT, 2000)

Passado em fins do século XVII, o filme se detém no esforço português de manter sob seu controle terras do oeste brasileiro. Entre o objetivo português e o interesse espanhol estão os índios Guaicurus, guerreiros e orgulhosos, de cultura forte, adaptados ao esforço de guerra contínua contra a assimilação branca.

O filme ensaia demonstrar os caminhos tortuosos da criação de um povo novo, sem julgamentos morais. Mas, num relance, entram em cena os 500 anos de Brasil e se promove uma releitura multicultural da história. Os Guaicurus têm um episódio historicamente possível disposto no filme de forma a subverter o significado principal do encontro e confronto entre as culturas indígena e portuguesa. O discurso de encomenda grita e o material do filme se contorce sob a pressão do discurso politicamente correto.

Manoel Rangel é cineasta e diretor adjunto da revista de cinema "Sinapse". Correio eletrônico: rangneto@usp.br

INTERNET

GIOVANNI ALVES

O poder da Rede

A Internet é uma nova mídia que permite o acesso a uma série de informações sobre a presença sindical dos trabalhadores no mundo capitalista. Entretanto, ela é importante não apenas por isso. Ela mesma é um instrumento fundamental para a construção de *redes de solidariedade* contra a exploração e o poder do capital transnacional, organizando ações de apoio à luta de categorias de assalariados e de trabalhadores em vários lugares do "globo".

LABOURNET

www.labournet.org

O site da *Labournet*, a rede de solidariedade internacional do trabalho, surgiu em novembro de 1995 no decorrer da greve dos portuários de Liverpool (Inglaterra). Através dele, organizaram-se ações internacionais de apoio e solidariedade aos grevistas. Nele pode-se encontrar uma série de informações sobre a luta sindical dos trabalhadores em diversos países capitalistas. Em inglês.

ESPAÇO SINDICAL

www.lutasindical.cjb.net

Site do projeto "Espaço Sindical", um campo de debate crítico, independente, aberto, pluralista, comprometido com a resistência à ofensiva neoliberal e com a construção de um movimento social anticapitalista. Seu objetivo é divulgar eventos, links e publicações dedicados à reflexão crítica sobre os caminhos do sindicalismo no Brasil e no mundo. Está ainda em construção. Em português.

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília. Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br

É POSSÍVEL CAMINHAR SÓ...
PORÉM, AS CLASSES TRABALHADORAS SABEM QUE AS GRANDES
CAMINHADAS REQUEREM COMPANHEIROS.

Entidade Sindical: Instrumento indispensável para caminharmos juntos.

FITEE

Tel: (31) 3272-4747

Fax: (31) 3272-2272

Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

Professores e Auxiliares de Administração Escolar – Fundada em 15/10/1955 – Filiada à CONTEE e à CUT
Sede: Rua Tamoios, 200 – 15º andar – Ed. Bandeirantes – Cep 30120-050 – Belo Horizonte - MG – Brasil
INTERNET: ENDEREÇO: fitee@gold.com.br PÁGINA: www.gold.com.br/~fitee/



Os trabalhadores brasileiros possuem um rico passado de lutas. Um passado e um presente repletos de experiências que nos possibilitam assumir, num patamar superior, a construção de um sindicalismo unitário, combativo, independente e classista. É por participar desta experiência que os professores e os auxiliares de administração escolar têm bons motivos para comemorar os 45 anos (15.10.55 – 15.10.2000) de fundação da FITEE.

A partir da retomada em 1985, com uma estrutura cada vez mais vinculada aos trabalhadores que representam, a FITEE e seus Sindicatos filiados buscam ser instrumentos presentes no dia-a-dia chamando os trabalhadores para a luta. E é na luta, tomando iniciativa e participando efetivamente dela, que pode-se fazer história, aprendendo com os erros e acertos.

FITEE – 45 ANOS DE FUNDAÇÃO 15 ANOS DE RETOMADA

Em luta contra o neoliberalismo e o individualismo e para que as entidades sindicais transformem-se em eficazes instrumentos de mobilização, organização e luta da categoria.

"SAUDAÇÕES A QUEM TEM CORAGEM"

(Cazuza)

PAULO LUCANIA

Trabalhador brasileiro vive no pior dos mundos

Flexibilizar, alterar, modernizar..., não importa o termo usado pelo governo para acabar com o artigo 7º da Constituição Federal, que trata dos direitos dos trabalhadores. É a liquidação de direitos duramente conquistados e, mais uma vez, o trator neoliberal vem com tudo em cima das classes menos favorecidas. Estas, temerosas em perder o emprego, tendem a abrir mão dos direitos que, segundo a proposta, deixariam de ser obrigatórios e passariam a ser negociados com os empregadores. Já vimos este filme antes. O enredo mostra a raposa tomando conta das galinhas. Todas são devoradas no final.

Ansioso em flexibilizar, alterar e modernizar, o governo quer ver o fim do artigo 7º aprovado no Congresso Nacional o mais rápido possível. Esta pressa faz parte dos compromissos firmados com o FMI. Sob este aspecto, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) perderia a validade. Os direitos seriam então negociados por meio de convenção ou acordo coletivo de trabalho. Férias de 30 dias, por exemplo, poderiam ser reduzidas ou extintas, se o sindicato concordar.

AVANÇA BRASIL?

Ora, sindicato sério e autêntico não negocia retirada de direitos e sim a conquista deles. Daí, a evidência de que a medida quer aniquilar os trabalhadores. Como sabemos,



Governo quer acabar com o artigo 7º da Constituição

existem os sindicatos de cartório, preocupados apenas em recolher impostos sindicais. Pior, existem aqueles que são controlados pelos empregadores. É aí que mora o perigo.

O governo alega ainda que a perda dos direitos individuais dos trabalhadores vai criar empregos. Não vai. Pelo contrário, reduzirá renda, além dos direitos. Segundo o economista Marcio Pochmann, os dados da Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representa os 29 países mais desenvolvidos, mostram que o que ocorre é exatamente o inverso. Isto é, nem no primeiro mundo a redução de encargos sociais aumentou o número de vagas.

De acordo com os objetivos do governo, os trabalhadores estarão condenados a viver no pior dos mundos. Avança Brasil! É assim que o país segue rumo ao desenvolvimento, a custo do sangue e do suor de seu povo, que já não tem para onde ir. Avança

Brasil! Seja para flexibilizar, alterar, modernizar..., ora, o que importa a palavra? Vale o objetivo, custe o que custar e doa a quem doer. Os trabalhadores gemem.

A BRIGA DO FGTS

A ofensiva neoliberal não se dá apenas nesta esfera da flexibilização. Só não viu quem não quis. A briga dos trabalhadores pela correção do FGTS se constituiu, como se constituiu, num verdadeiro cabo de guerra. De um lado os trabalhadores, exigindo o pagamento; do outro, o governo, protelando o calote, assumindo uma espécie de “devo, não nego, pago quando puder”.

Este devedor vai tocando a questão com descaso, indiferente até mesmo à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Este, por unanimidade, reconheceu o direito dos trabalhadores às correções: 16,64% e 44,80%, referentes aos planos Verão e Collor I, respectivamente.

Articulado, o governo esperou passar as eleições municipais e chamou para si a responsabilidade e a decisão de beneficiar os trabalhadores lesados, impondo seu “como pagar” e seu “quando pagar”. Mas não há mais o que negociar. O acórdão número 226-855-7 do STF tem de ser cumprido já!

E, conforme deliberação da 3ª Plenária Nacional de Dirigentes da Coordenação Confederativa dos Trabalhadores (CCT), em Brasília, cabe às legítimas entidades sindicais “afastar de cena os oportunistas e ocupar o palco com iniciativas rápidas, efetivas e verdadeiras e ampliar o número de iniciativas, difundindo e garantindo o direito que acaba de ser restabelecido pela decisão do STF”.

Paulo Lucania é presidente da Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo e da União Sindical Independente (USI) e conselheiro consultivo do Instituto da Cidadania

MAS O PREÇO É MÍNIMO, LAZER É O MÁXIMO!

Colônias de Férias

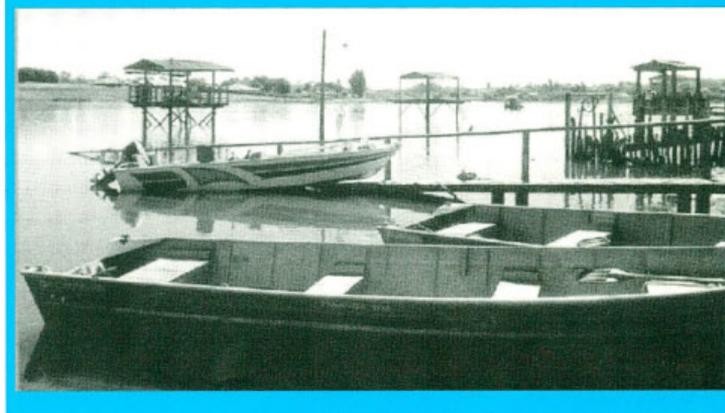
Nada é melhor do que curtir o final-de-semana, feriado ou suas merecidas férias num lugar com toda infra-estrutura que você e sua família merecem. É só escolher entre a natureza exuberante de Cardoso, a classe e o conforto das praias de Bertioga ou a tranquilidade de Ilha Comprida. Qualquer que seja sua opção a diversão é garantida. Experimente!



Com a **ASSOCIAÇÃO SABESP**
é diversão o ano inteiro

Reservas e Informações na
ASSOCIAÇÃO SABESP

Tel.: (0xx11) 289-7533
ramais 211 e 213



Com a **UEG**,
 o ensino
 de **Goiás**
 cresce
 democraticamente.



A Universidade Pública mais perto de você.

A UEG cresce, levando o ensino superior gratuito de qualidade para o interior do Estado de Goiás, regionalizando e viabilizando a educação de forma democrática. São 28 unidades e 9 pólos com cursos constituídos de forma a atender as necessidades locais de cada região. A Universidade Estadual de Goiás é um processo corajoso, um compromisso com o desenvolvimento de Goiás. A materialização de um sonho de uma luta que durou 16 anos. Programas como o **Universidade para os Trabalhadores da Educação** e o **Projeto Vaga-Lume** garantem a qualidade de vida e a inclusão social, além de acelerar o processo de erradicação do analfabetismo de nosso Estado, em constante parceria com a Secretaria do Estado de Ciência e Tecnologia. É o Governo de Goiás inaugurando um novo tempo, garantindo a oferta e a qualidade de ensino através da UEG.

